

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Karolini Maria Koasne Santos

**¡SOY AMÉRICA LATINA!: USOS DO PASSADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE LATINO AMERICANA NOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF
(2011 – 2016)**

PORTO ALEGRE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Karolini Maria Koasne Santos

**¡SOY AMÉRICA LATINA!: USOS DO PASSADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE LATINO AMERICANA NOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF
(2011 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em História pelo curso de
História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientadora: Claudia Wasserman

PORTO ALEGRE

2021

Karolini Maria Koasne Santos

**¡SOY AMÉRICA LATINA!: USOS DO PASSADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE LATINO AMERICANA NOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF
(2011 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em História pelo curso de
História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Claudia Wasserman (orientadora) – UFRGS

Prof. Dra. Celi Regina Jardim Pinto – UFRGS

Prof. Dr. Rafael Balardin – UNIPAMPA

Porto Alegre

2021

Agradecimentos

Uma das maiores alegrias de concluir essa monografia, e a licenciatura em História, é poder elaborar esses agradecimentos e, com isso, perceber o grande número de pessoas a quem sou grata nessa jornada. Não posso deixar de, em primeiro lugar, agradecer aos meus pais, a minha mãe cuja memória sempre se fez presente na minha vida, e que, mesmo não estando aqui, sempre foi meu exemplo de força, resistência e sensibilidade. Agradeço, também, ao meu pai que, tendo que ser pai sozinho durante a maior parte da minha vida, foi o melhor pai que alguém poderia ter. Ele sempre foi minha referência de apoio e acolhimento, independente das divergências e dos percalços no caminho, e eu o amo de todo o meu coração. Agradeço, ainda, aos meus avós, Neusa e Odival, que após perderem minha mãe, me fizeram um pouco de filha deles também, e me mimaram mais do que deveriam. Sou grata, também, aos familiares que sempre fizeram o possível para garantir que não me faltaria amor e carinho. Gostaria de fazer um agradecimento especial a Paula e a Letícia, que tornaram o Ensino Médio melhor, e continuam sendo uma fonte de luz e alegria em minha vida.

Ter me mudado para Porto Alegre para fazer História na UFRGS foi minha maior aventura, estar a 800 km de tudo o que eu conhecia e ainda assim encontrar um lar só foi possível graças às pessoas incríveis que conheci pelo caminho. Agradeço assim a todas as pessoas que começaram essa trajetória comigo na Pensão da Dona Ana, minha primeira casa, e que ajudaram a fazer de Porto Alegre minha casa também. A Dona Ana, por garantir que eu não me perdesse toda vez que saísse na rua; à Nozângela que vai ter sempre um lugar especial no meu coração, assim como ela sempre tinha um lugar pra mim no tapetinho dela, onde ela ouvia todos meus problemas, e onde demos as melhores risadas; à Eunice que me ensinou a tricotar tornando o tricô meu companheiro fiel durante esses cinco anos; ao Gabriel, por ser uma excelente companhia para virar madrugadas nos finais de semestre; ao Matheus, por nunca recusar uma cervejinha com Raça Negra, e, por fim, à Bárbara, ao Gabi, e ao Gutierre que seguem sendo a melhor companhia para rir da vida e fofocar comendo alguma coisinha.

Sou muito grata às pessoas com quem trabalhei nos últimos quatro anos no Setor de Convênios do Gabinete do Reitor da UFRGS; a Suzete, que além de ser uma pessoa maravilhosa, sempre foi uma chefe atenciosa, e transformou meus anos de bolsista em valiosos aprendizados. Agradeço, também, ao Mayquel, que segurou minha mão para que eu não enlouquecesse com o TCC, e sempre proporcionou as melhores conversas. Agradeço a Ana por tornar as tardes leves e embarcar nas minhas ideias aleatórias, tornando o trabalho

um pouco mais divertido. Agradeço, também, à Gabi e a Jessie, pelo auxílio e companheirismo nas tardes de trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer aos amigos que fiz pelo caminho, mas que ganharam imensa importância na minha vida. Agradeço, em primeiro lugar, a Jú, que mais do que uma amiga foi um encontro de alma, e que foi quem, provavelmente, mais virou noites em claro comigo nesses cinco anos, seja encima dos livros ou perambulando por aí. Uma homenagem mais que merecida para a Mari, sem a qual eu provavelmente não estaria me formando, já que foi minha dupla insubstituível em absolutamente todos os trabalhos da graduação, e que é, provavelmente, a pessoa que mais me entende no mundo inteiro, e que sempre tem um ombro amigo para rir ou para chorar. Agradeço a Ana Jú, com quem morei nos últimos anos, e a Ana, que chegou um pouco depois, por sempre estarem disponíveis para ouvir meus problemas, minhas histórias e minhas loucuras. Vocês tornaram a quarentena possível de aguentar, e as minhas procrastinações mais divertidas.

Teria, ainda, vários amigos a quem agradecer, mas para não me alongar, agradeço a Jéssica, a By, a Carla, a Loisi, a Paty e a May, por todas as jantas que fizemos e por todas as vezes que viveram Porto Alegre comigo, possibilitando que essa cidade se tornasse também a minha casa. Sou grata, também, ao grupo do Churrasco todo semestre, que nunca conseguiu organizar um churrasco por semestre, mas que tornaram a graduação bem melhor com todas as horas roubadas passeando pelo vale, e todo o companheirismo. Paula, Andressa, Marcus, Douglas, Diego, Carlos, Arthur e Bruna, vocês tornaram a faculdade divertida, e levo vocês no meu coração!

Agradeço, por fim, à professora Claudia Wasserman pela orientação desse trabalho, e por suas excelentes contribuições para a produção dessa monografia; e, em conjunto, à professora Natalia Pietra Méndez, juntas elas ajudaram a desenrolar a confusão do meu projeto de pesquisa inicial, tornando esse trabalho possível. Agradeço, ainda, todos os professores que marcaram minha jornada, tanto acadêmica, quanto nos anos iniciais, vocês foram fundamentais para minha formação, enquanto licenciada em História e enquanto pessoa. Gostaria, para terminar, de pontuar que nada disso seria possível sem uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, que deve ser defendida e ampliada, garantindo, assim, universalidade de acesso.

*A causa nacional latino-americana é,
antes de tudo, uma causa social: para que a
América Latina possa nascer de novo, será
preciso derrubar seus donos, país por país.
Abrem-se tempos de rebelião e de mudança.*

Eduardo Galeano

RESUMO

Essa monografia se propõe a fazer uma análise dos discursos de política externa da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), durante seus dois mandatos. Essa análise articula a Análise de Discurso (AD), os usos do passado e a decolonidade para compreender como Rousseff mobiliza o passado, dentro de seus discursos, para construir uma identidade latino-americana que legitime o projeto de integração regional que ela propõe para o Brasil. Buscamos, através disso, demonstrar que Rousseff procura em um passado em comum, e em um conjunto de valores compartilhados pelos países da América Latina e do Caribe, o alicerce simbólico de seu projeto integracionista, construindo uma identidade latino-americana que, apesar de discursiva e imaginária, seja capaz de gerar identificação e mobilizar sujeitos.

Palavras chave: usos do passado, integração da América Latina, Identidade latino-americana, Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The following undergraduate thesis aims to analyze the foreign policy discourse of the President of Brazil, Dilma Rousseff (2011-2016), throughout her two terms as the head of state. This paper articulates areas such as Discourse Analysis (DA), the uses of the past and decoloniality in order to understand how Rousseff mobilizes the past, within her discourse, to build a Latin American identity that legitimizes the regional integration project she proposes for Brazil. Therefore, we aspire to demonstrate that Rousseff seeks, in a common past, and in a set of values shared by the countries of Latin America and the Caribbean, the symbolic foundation of her integrationist project, consequently building a Latin American identity that, despite being discursive and imaginary, is capable of generating identification and mobilizing individuals.

Key words: uses of the past, Latin American integration, Latin American identity, Dilma Rousseff..

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	30
Gráfico 2	31

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
BRICS	Agrupamento de países em desenvolvimento composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para América do Sul e Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBAS	Fórum de Diálogos Índia, Brasil e África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ANÁLISE DE DISCURSO, USOS DO PASSADO E DECOLONIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA.....	16
2.1 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO: SUJEITO, IDEOLOGIA E HISTORICIDADE.....	16
2.2 USOS DO PASSADO E A MOBILIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO.....	21
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECOLONIALIDADE.....	25
3. PASSADO COMUM E DESTINOS COMPARTILHADOS: A AMÉRICA LATINA ENQUANTO PRIORIDADE DE INTEGRAÇÃO.....	31
3.1 NOVAS MANEIRAS DE INTEGRAR: A VALORIZAÇÃO DO ENTORNO LATINO-AMERICANO NOS DISCURSOS DE DILMA.....	34
4. INCLUSÃO SOCIAL, DEMOCRACIA, E SOBERANIA: A TRÍADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO GOVERNO DILMA.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
FONTES.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

A língua organizada em discurso é uma das formas através das quais significamos nossas vivências, nossos princípios, nossas opiniões e ideologias. Quando falamos, não falamos num vácuo, nós partimos de lugares específicos, utilizamos noções pré-concebidas, evocamos símbolos e significados externos a nossa fala, e nos dirigimos a indivíduos determinados, que partem de outros lugares, com outras ideias, e que por sua vez, ao ouvir o que temos a falar, podem evocar significados diversos àqueles antecipados por nós. A comunicação é mais do que signos descontextualizados e organizados de acordo com um sistema linguístico, ela busca transmitir ideias e significados, e, mais importante do que isso, ela exige interlocutores, exige trocas.

Por isso mesmo, o ato de comunicar e discursar é complexo e envolto em nuances, contradições e discrepâncias, podendo nos dizer muito mais do que aquilo a que se propõe. Seu estudo pode nos revelar detalhes sobre quem é seu locutor e seu interlocutor, o lugar do qual eles partem, e o contexto em que o discurso é produzido, transmitido, e o contexto ao qual ele se refere. É partindo desse entendimento que pretendemos, nesse trabalho, analisar os discursos externos realizados pela Presidenta Dilma Rousseff, durante seus dois mandatos (2011 – 2016), no tocante a relação do Brasil com os outros países da América Latina, especialmente os países sul-americanos.

A escolha do objeto de estudo desse trabalho foi feita em camadas, sendo o princípio norteador dessa escolha o desejo de aliar os estudos sobre discurso com a construção de conhecimento histórico. Helena Brandão, em seu livro “Introdução à Análise do Discurso”, expõe o seguinte:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. [...] Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engaja-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção¹.

Nesse trecho, Brandão nos apresenta o discurso enquanto linguagem dotada de contexto histórico-social, ou seja, fruto da interação social e do meio em que é produzida, e por isso

¹ BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p. 11.

mesmo, destituído de neutralidade pela sua própria natureza. Enquanto constrói esse argumento, a autora expõe o discurso enquanto maneira do homem significar a sua realidade social, e ser significado por ela. O discurso é, portanto, campo de disputa ideológica, o que o torna, enquanto categoria de análise, um objeto que, apesar de linguístico, deve ser estudado, também, de forma extralinguística².

Se pensarmos, portanto, o discurso dessa forma – enquanto linguagem viva, produto do seu contexto social – nos deparamos com a potencialidade que o uso da Análise de Discurso (AD) tem para a construção do conhecimento histórico. Ela nos permite pensar os próprios signos linguísticos como ideológicos, pois mesmo que consideremos a língua como neutra, as escolhas linguísticas que são feitas para pensar e comunicar ideias não o são. A escolha por analisar discursos presidenciais se deveu, portanto, pela consideração desses pronunciamentos enquanto lugar privilegiado para observarmos a construção de narrativas que, ao utilizar a dimensão simbólica e ideológica dos signos linguísticos, fazem mais do que apenas comunicar ideias: elas significam e ressignificam a realidade, manifestam sentimentos e detêm a potencialidade de transformar o contexto sócio histórico no qual se manifestam.

A escolha por analisar discursos sobre a integração latino-americana emergiu a partir da observação do surgimento, nos últimos anos, de diferentes projetos para a integração do Brasil com a América Latina e o Caribe. Dessa forma, os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), e Dilma Rousseff (2011 – 2016), trouxeram a ampliação dos contatos entre o Brasil e o subcontinente latino-americano. Favorecido pela coincidência de lideranças políticas de esquerda à frente de diversos países na América Latina durante esse período, a integração regional proposta pelos petistas encontrou um continente disposto a ouvi-los. Essa conjuntura começa a mudar após o golpe de 2016, que interrompeu o mandato de Rousseff, marcando o limite do projeto de integração desenvolvido por ela e Luís Inácio Lula da Silva. Inicia-se, portanto, um gradual afastamento do Brasil de seus vizinhos americanos no subsequente governo de Michel Temer (2016 – 2018), sendo o momento simbólico definitivo desse afastamento a declaração do atual presidente, Jair Bolsonaro (2019), quanto à saída do Brasil da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC³).

² BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p. 7-11.

³ CORREIO DO POVO. **Brasil anuncia saída da Celac por "dar palco a regimes não-democráticos"**: chanceler Ernesto Araújo criticou atuação do bloco em nota sobre decisão. 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/brasil-anuncia-sa%C3%ADda-da-celac-por-dar-palco-a-regimes-n%C3%A3o-democr%C3%A1ticos-1.393682>. Acesso em: 17 nov. 2020.

A relação de proximidade do Brasil com seus vizinhos americanos pode ser compreendida, portanto, como um projeto dotado de contexto histórico e batalhas político-ideológicas. Desse modo, enxergar o subcontinente latino-americano enquanto um espaço de culturas e valores compartilhados, e a integração com a América Latina como uma forma de fazer frente às pressões econômicas das grandes potências, não foi uma constante na política externa brasileira. Isso pode ser observado tanto em nosso passado colonial e nos processos de independência, onde, muitas vezes, o Brasil se preocupou mais com o que nos separava da América de colonização espanhola do que com o que nos aproximava; quanto no presente, onde, mais uma vez, nossa política externa se afasta, mesmo que apenas simbolicamente, daqueles que são mais próximos a nós, seja na geografia, na cultura ou na história em comum.

Pretendemos, então, analisar os discursos de Dilma Rousseff enquanto expressões linguísticas de um projeto específico de política externa, no caso o projeto petista, que mesmo que nem sempre homogêneo ou livre de contradições, representou, no Brasil, um novo modo de pensar as potencialidades das relações econômicas, comerciais, culturais e políticas com a América Latina e Caribenha. Acreditamos, então, que para além de uma justificativa acadêmica de transdisciplinariedade e novas formas de pensar o conhecimento histórico, existe outra, tão importante quanto, para a escolha do tema dessa pesquisa, pautada na sua relevância e capacidade de fornecer um novo elemento para pensarmos a constituição político-social da nossa relação com a América Latina e o Caribe durante os mandatos de Rousseff.

Esse trabalho levou em conta, então, que o governo Dilma Rousseff, e o projeto de integração regional latino-americana que ele representa, seria um momento político prolífico para pensarmos as construções simbólicas e ideológicas dentro das narrativas discursivas. Desse modo, decidimos interrogar os discursos feitos pela Presidenta Dilma Rousseff sobre a integração latino-americana, nas categorias simbólicas e ideológicas que ela evoca para justificar dito projeto de integração. Pretendemos, assim, pensar de que forma ela buscou forjar uma identidade latino-americana sustentada em uma herança compartilhada e um passado comum ao subcontinente. O problema central desse trabalho é, portanto, compreender como, através dos usos do passado, Dilma Rousseff ampara e potencializa o seu projeto de integração regional para América Latina.

Utilizaremos, neste projeto, como metodologia de análise e teorias “guias” a Análise de Discurso (AD), as teorias de usos do passado e os conceitos de decolonidade e identidade. Pretendemos, através disso, compreender como Dilma Rousseff, ao fazer uso em seus

discursos de categorias ideológicas como a “defesa da democracia”, ou a “celebração da diversidade”, está evocando passados em comum da América Latina, como o contexto de colonização, escravização, e ditaduras de segurança nacional. Dessa forma estaremos analisando como o passado latino-americano é mobilizado para criar pontes entre os países da região, justificando assim a defesa da necessidade de uma maior proximidade entre os países do subcontinente latino-americano. Iremos explorar, através do referencial teórico-metodológico, as condições de produção desses discursos, as memórias e os esquecimentos que eles envolvem, os contextos e os sujeitos históricos que o compõe e que o permitem dizer o que se quer dizer, e significar o que se está querendo significar. Analisaremos esses discursos a partir de um ângulo cultural de valores compartilhados, que nos permitem ver a importância, para a ex-presidenta, que a defesa da democracia e direitos humanos, e a celebração da diversidade da América Latina assumem para a integração do continente, e como essa importância é pautada nos processos históricos compartilhados de colonização, escravização e ditaduras vividos por esses países.

Usaremos exclusivamente, para esta pesquisa, as transcrições de discursos presentes na página virtual da Biblioteca da Presidência da República⁴, nos limitando àqueles proferidos em cerimônias com participação de líderes e delegações de outros países da América Latina e Caribenha. Incluímos, nesse escopo, encontros de comissões especiais como a Comissão Especial de Coordenação latino-americana (CECLA), reuniões de blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ou encontros presidenciais para celebração de acordos bilaterais entre o Brasil e outros países da América Latina.

Consideramos importante pontuar que uma parte considerável desses discursos ocorreu em reuniões e eventos com países da América do Sul, e que esta região parece ser, por sua vez, o foco de ação primordial dos governos petista, enquanto a América Latina e Caribenha fica relegada a uma dimensão mais discursiva. Porém, como a nossa proposta aqui é fazer uma análise discursiva, pautamo-nos nos próprios discursos de Rousseff para estabelecer a integração latino-americana e caribenha como tema da nossa pesquisa, já que, nos seus pronunciamentos, a referência mais frequente, em termos de identidade, é a América Latina.

Um exemplo disso é o discurso da Presidenta Dilma durante a cerimônia de formatura da turma Paulo Kol 2013-2015, no curso de formação do Instituto Rio Branco:

⁴<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos>

O peso fundamental que damos à América do Sul, à América Latina e ao Caribe decorre não só de nossa circunstância geográfica comum, de nossa proximidade política e cultural, mas também da convicção de que podemos constituir um polo global relevante, sobretudo, se formos capazes de superar os obstáculos que ainda nos separam⁵.

Nesse discurso, pensado para uma cerimônia de formação de futuros diplomatas, Dilma Rousseff, ao falar sobre a importância da integração regional brasileira, abarca a América Latina e Caribenha como um todo, não só a América do Sul. Essa é uma questão recorrente em seus discursos, apesar de existirem pronunciamentos onde a Presidenta foca na parte sul do continente, o ideal integracionista construído ao longo de seu imaginário discursivo parece sempre voltar para uma integração pautada no ideário de uma identidade mais ampla, a identidade latino-americana e caribenha.

Partimos disso, portanto, para delimitar o nosso referencial teórico e metodológico, que começa com a Análise de Discurso, que nos fornece as ferramentas necessárias para pensarmos as construções discursivas, suas disputas ideológicas, seus signos linguísticos e as simbologias e significados que eles carregam, bem como a historicidade do próprio discurso. Traremos, então, a teoria de usos do passado para investigar como Rousseff mobiliza o passado em seus discursos. Trabalharemos, por fim, com a decolonidade, que nos auxilia pensar a integração latino-americana sobre um prisma teórico diferente daquele pautado pela colonização dos saberes, mirando a construção do conhecimento a partir de uma prática decolonialista de busca pelas vozes e pelos saberes silenciados pela colonização.

O aprofundamento teórico e conceitual será feito, portanto, no próximo capítulo, de modo a esclarecer quais foram linhas que guiaram esse trabalho e construíram os resultados aqui apresentados. Seguiremos, portanto, com a análise das fontes, ela será dividida em dois capítulos, um que busca investigar como Rousseff articula diferentes temporalidades de passado para criar uma linha evolutiva da integração latino-americana, assim justificando-a; e outro que delimitará, através dos usos do passado, um conjunto de valores compartilhados que sustentam e embasam o projeto integracionista apresentado por Rousseff. Terminamos, assim, o trabalho, pelas considerações finais, que busca amarrar os argumentos apresentados ao longo dos capítulos, em articulação com o referencial teórico-metodológico.

⁵ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de formatura da turma Paulo Kol 2013-2015, do curso de formação do Instituto Rio Branco e da imposição da Insígnias da Ordem do Rio Branco.** Brasília/DF. 15 de ago. de 2015.

2. ANÁLISE DE DISCURSO, USOS DO PASSADO E DECOLONIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA

Para que o esforço empreendido nesse trabalho possa resultar em uma contribuição significativa para a pesquisa histórica é necessário que, de antemão, estabeleçamos os conceitos que pautam essa análise, bem como as correntes teóricas que servem de fio condutor para esse estudo. Nesse sentido, iniciamos esta exposição pelo aprofundamento da ideia de discurso que, visto pelo prisma da Análise de Discurso (AD), irá nos permitir construir as pontes teóricas entre as nossas fontes, os usos do passado e a formação de uma identidade latino-americana nos discursos de Dilma Rousseff.

Iremos, portanto, separar o conceito discurso em duas categorias de análise: em primeiro lugar debateremos o lugar do sujeito e da ideologia na AD, e como podemos articular esses elementos em um estudo sobre a construção de identidades. Em segundo lugar, abordaremos a não-transparência da língua e a historicidade do discurso para discutirmos os usos do passado feitos por Dilma Rousseff dentro de uma lógica de criação de identificações. Abordaremos, também, nesse capítulo, a articulação deste trabalho com a perspectiva decolonial, pensando tanto na relação desta com o nosso objeto de estudo, ou seja, os discursos aqui analisados, quanto com a própria pesquisa aqui pretendida.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO: SUJEITO, IDEOLOGIA E HISTORICIDADE

Para iniciar esse subcapítulo achamos importante delimitar o que é entendido, neste trabalho, como o campo de estudos da Análise de Discurso. Utilizando, assim, Brandão, temos que a AD começa a ser construída, enquanto disciplina, na década de 1960, ligada ao estruturalismo francês e baseada na proposição de analisar as formações discursivas para além de seus elementos linguísticos⁶. Para isso, conforme pontuado por Orlandi, a AD configurar-se-á em um campo interdisciplinar por excelência, ao articular dentro do seu universo investigativo a linguística, através do discurso, o marxismo, através do materialismo histórico, e a psicanálise, pelas suas contribuições sobre a transformação do indivíduo em sujeito⁷.

⁶ BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p. 16.

⁷ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 19.

Orlandi nos apresentará, então, a ideia de que a AD pensa o discurso em relação com sua exterioridade, dessa forma, ele não é analisado em sua forma abstrata, mas sim enquanto “língua no mundo”, dotada de um contexto histórico e articulada por um sujeito que produz significados na medida em que é interpelado pela ideologia. Ou seja, segundo a autora, ao considerarmos a materialidade histórica – o real da história, – e a concepção psicanalítica do homem enquanto sujeito (indivíduo transformado em sujeito pela ideologia), nos deparamos com o discurso enquanto linguagem materializada e transformada em acontecimento, através de um sujeito que é atravessado pela história, significando-a e sendo significado por ela⁸.

Essa é, portanto, a base em que a AD assenta a sua conceituação de *discurso*: língua e pensamento materializados na história e mediados pela ideologia, proferido por um sujeito que busca produzir significados dentro das relações históricas e sociais nas quais está inserido. Nesse sentido, dois personagens do teatro discursivo carecem de maiores explicações, tanto para a compreensão das contribuições da AD para esse trabalho, quanto para pesarmos na construção de identidades a partir dos discursos: ideologia e sujeito.

Para pensar *ideologia* emprestarei, aqui, a exposição feita por Helena Brandão das contribuições de Marx, Engels, Althusser e Ricoeur para a definição do conceito⁹. Dessa forma, a autora trabalha com dois sentidos diferentes para o conceito, que ela não entende como opostos, mas sim como complementares. O primeiro é pautado pelo ideário de falseamento/ilusão marxista, e o segundo pela noção de ideologia enquanto mediação do social trabalhada por Ricoeur. Ela desenvolve, então, a *ideologia* marxista como separação entre o pensamento e a produção de ideias das suas condições sociais e históricas de produção¹⁰. De acordo com a autora: “Essa separação entre trabalho intelectual e trabalho material dá uma aparente autonomia ao primeiro, isto é, as ideias que, autonomizadas e prevalecendo sobre o segundo, passam a ser expressão das ideias da classe dominante¹¹.”.

Podemos, então, considerar que o conceito de ideologia assume, dentro da perspectiva marxista, um lugar de ilusão, ou seja, de uma inversão da realidade, na medida em que, para servir à classe dominante, a ideologia se traduz em um sistema de normas e representações

⁸ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 16-20.

⁹ BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p. 18-32.

¹⁰ *Ibidem*. p. 18-22.

¹¹ *Ibidem*. p. 21.

que criam uma falsa realidade para condicionar o agir da classe dominada¹². Para complementar essa visão a autora traz também algumas contribuições de Althusser relativa aos “Aparelhos Ideológicos do Estado” (família, escola, religião), enquanto espaços privilegiados de manutenção da ideologia dominante, para delimitar outra dimensão da ideologia, que seriam seus aspectos gerais¹³. O que importa, para a nossa pesquisa, nas contribuições de Althusser, é, em primeiro lugar, o caráter *produtivo* que ele dá à ideologia, compreendendo-a enquanto forma de representação simbólica *produzida* pelos sujeitos sobre sua relação com a realidade concreta¹⁴. Dessa forma, Brandão pontua também que, em Althusser, a ideologia assume um caráter material, já que sua existência está condicionada a vivências reais dentro de aparelhos ideológicos concretos¹⁵. Em segundo lugar, e fundamental para compreendermos a formação de identidades através de discursos, está o terceiro ponto que a autora levanta em relação ao trabalho de Althusser:

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (re)conhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Como categoria constitutiva da ideologia, será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível¹⁶.

Argumentamos, a partir dessa exposição, que a ideologia tem um papel fundamental na *sujeitização* dos indivíduos, ao estabelecer o reconhecimento destes com as formações ideológicas discursivas. Antes, no entanto, de desenvolver com maior precisão essa questão, irei trazer alguns pontos que Brandão faz sobre a ideologia em Ricoeur, no intuito de enriquecer nossa compreensão da relação sujeito-discurso-ideologia. Brandão, dessa forma, aponta que Ricoeur considera que, apesar da existência de uma dimensão da ideologia que atua como mecanismo de apagamento das contradições da realidade social, legitimando assim as classes dominantes (o que Ricoeur chama de deformação ideológica), existe, também, outra dimensão para esse conceito. O autor aponta a ideologia, então, como mediadora da integração social, ou seja, concepção de mundo adotada e constituída pelos grupos sociais¹⁷.

¹² BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p. 18-22.

¹³ *Ibidem*. p. 23-26.

¹⁴ *Ibidem*. p. 24.

¹⁵ *Ibidem*, p. 25.

¹⁶ *Ibidem*. p.26.

¹⁷ *Ibidem*. p.26-32.

Nesse sentido, Brandão nos apresenta uma nova possibilidade de relação entre discurso e ideologia ao considerar que a linguagem é uma das formas de materialização da segunda e, portanto:

Nesse sentido, não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são. Essa postura deixa de lado uma concepção de ideologia como "falsa consciência" ou dissimulação, mascaramento, voltando-se para outra direção ao entender a ideologia como algo inerente ao signo em geral¹⁸.

Ao compreendermos, então, o próprio signo enquanto ideológico, ao mesmo tempo em que entendemos que a ideologia pode representar interesses diversos, precisamos considerar que a linguagem, e por sua vez o discurso, podem ser operacionalizados para, intencionalmente, evocar e significar ideologias diversas, sejam elas respaldadas pela realidade concreta ou não. A importância disso, tanto para a AD, quanto para esse trabalho, se dá no encontro entre a possibilidade de reconhecimento do sujeito dentro o discurso (identificação), com a concepção de que os sujeitos, intencionalmente, ou não, utilizam a ideologia para significar a partir dos discursos. Dessa forma, as identidades mobilizadas pela linguagem são, também, criadas na manifestação da ideologia.

Essa exposição ajuda a criar o plano de fundo para falarmos da construção de identidades através dos discursos, mas não sem antes retornarmos ao nosso tema de pesquisa, para ampararmos essas considerações teóricas no concreto da pesquisa. A tese levantada por esse trabalho é de que, ao falar dos usos do passado feitos por Dilma Rousseff em seus discursos referentes à América Latina, estamos pensando de que forma esses usos são articulados para a formação de uma identidade latino-americana. Essas identidades buscam no passado supostamente compartilhado, e no conjunto de valores que, de acordo com a Presidenta Dilma, são comuns aos países da América Latina e Caribenha, a justificativa do projeto integracionista petista. Para analisarmos essa questão estabeleceremos primeiro as formas com que podemos pensar a criação, ou mobilização, de identidades através de discursos. Começamos, portanto, definindo, pelo viés da AD, dois conceitos importantes para entendermos o conceito de identidade aqui evocado: ideologia e sujeito.

Como podemos, portanto, relacionar a ideologia e o sujeito do discurso com a identidade? Kathryn Woodward nos dá uma ideia de por onde começar essa articulação:

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a

¹⁸ BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p.31.

linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossa identidade¹⁹.

Podemos aferir algumas questões importantes desse excerto escrito por Woodward, como, por exemplo, a ideia de que as identidades se constituem através das posições assumidas pelo sujeito. Essas posições, de que a autora fala, são as *posições de sujeito* que um indivíduo pode assumir dentro de uma construção discursiva e coincidem com a ideia de sujeito discursivo disperso da AD. Ou seja, a ideia de que, ao abarcar um “outro” discursivo (seja o interlocutor, sejam os outros discursos que significam dentro das nossas estruturas discursivas), o sujeito discursivo deixa de ser uno e centralizado para se tornar disperso, podendo, assim, assumir diversas posições dentro de um discurso, diversas posições-sujeitos²⁰.

Para compreendermos melhor a transposição da categoria *posições de sujeito* da Análise de Discurso para o estudo das identidades podemos utilizar, como ponto inicial, a conceituação que Woodward faz da ideia de *representação*. Para a autora, a representação seria composta pelos sistemas simbólicos que produzem os significados, abarcando assim todas as práticas de significação²¹, podemos incluir aqui os discursos, já que os consideramos, dentro da perspectiva da AD, enquanto forma materializada da língua, que é, por sua vez, a forma privilegiada através da qual os sujeitos significam sua relação com a realidade²². Dessa forma, segundo Woodward, “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar²³.”.

Compreendemos, no decorrer desse trabalho, as posições de sujeito enquanto as diferentes identidades que podem ser articuladas nos discursos, e com as quais os sujeitos podem, ou não, se identificar. Stuart Hall demonstra, ainda, que a identificação de um sujeito com uma identidade é um processo que nunca se completa, e que, portanto:

¹⁹ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.56.

²⁰ BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004. p.59-85.

²¹ WOODWARD. *Op. Cit.*. p.17.

²² ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 16-17.

²³ WOODWARD. *Op. Cit.* p.18.

[...] as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança ou transformação²⁴.

Não podemos, então, considerar as identidades como algo essencial a um sujeito ou a um determinado grupo social. Elas são, conforme demonstrado até aqui, construídas simbolicamente. Dessa maneira, não podemos dizer que existe uma identidade latino-americana fixa, que abarca, automaticamente, um grupo social composto pelos povos latino-americanos e caribenhos, e que pode ser mobilizada por Dilma Rousseff, quando necessário, de modo a gerar uma identificação automática dos interlocutores de seu discurso com essa identidade. Ao contrário, o que Kathryn Woodward e Stuart Hall nos demonstram é que existe uma diversidade de identidades que podem ser evocadas através do simbólico, e que essas identidades estão em constante processo de mudança, transformação e disputa. Como, então, podemos pensar, nos discursos de Rousseff, o uso da identidade latino-americana enquanto uma categoria mobilizadora de sujeitos? Para responder a essa pergunta entraremos na segunda parte desse capítulo, onde relacionaremos o que vimos até aqui sobre AD e Identidades com a ideia de usos do passado na construção de uma identidade latino-americana feita por Dilma Rousseff.

2.2 USOS DO PASSADO E A MOBILIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO

Vimos, até aqui, como as categorias de sujeito e ideologia se articulam na linguagem, formando os discursos enquanto encarnação na história de sistemas simbólicos de significação. Dentro dessa questão podemos trazer as noções de intradiscurso e interdiscurso, ou seja, a relação de um discurso com o outro com quem ele dialoga e com os outros discursos que se manifestam dentro dele, respectivamente. Iremos agora abordar a questão da historicidade do discurso, e de como podemos pensar os usos do passado na formulação de identidades a partir deles.

Iniciarei essa parte do trabalho, portanto, tratando das questões que ligam o discurso à história. Para isso partirei da colocação de que a Análise de Discurso se preocupa com a

²⁴ HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p. 108.

língua no mundo, enquanto acontecimento²⁵, para pensar na língua-discurso justamente na sua dimensão concretizada na história. Traremos, portanto, as reflexões de Orlandi sobre as condições de produção dos discursos para mobilizar algumas categorias de análise histórica. Orlandi, irá separar as condições de produção de um discurso em dois contextos diferentes, sendo o primeiro deles referente ao momento de enunciação do discurso, ou seja, o seu contexto imediato: onde e quando o discurso se tornou acontecimento. O segundo contexto mira um referencial mais amplo, levando em conta o contexto histórico e ideológico de produção e enunciação do discurso, ou seja, entram em consideração as estruturas sociais, as Instituições e a própria História enquanto disciplina²⁶.

Por último, Orlandi traz uma questão já mencionada nesse trabalho: o interdiscurso (os discursos “outros” que se manifestam em determinada estrutura discursiva), mas aqui ela o complementa com a noção de memória discursiva, sendo, portanto, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra²⁷.”. O que importa para a nossa análise é, portanto, pensar as condições de produção dos discursos Presidenta Dilma, seja em seus contextos específicos (primeiro ou segundo mandato, início ou final de mandato, durante campanha de reeleição, etc.), seja em um contexto mais amplo (alinhamento de governos de esquerda na América Latina, retomada do regime democrático no Brasil, crises do sistema internacional, etc.), e como elas afetam no que é dito e no não-dito de seus discursos.

Ademais é importante refletir de que forma a memória discursiva permite que Dilma Rousseff signifique em seus discursos, ou seja, utilizar essa categoria da AD para compreender os sentidos que compõe determinados símbolos, e que por isso são mobilizados dentro do discurso, mesmo quando esses não o são referidos à priori pela Presidenta. De maneira mais direta seria a possibilidade que essa categoria de análise nos oferece para, através de uma sentença simples como “é importante defender a democracia”, conseguirmos compreender a referência a períodos autoritários que existiram no passado e, por conseguinte, sua negação dentro dessa mesma frase, mesmo que não se tenha dito palavras de rechaço às ditaduras.

Retornamos, aqui, ao conceito de identidade, dessa vez atrelada a um discurso concretizado na história, e, por isso, constituído dentro da estrutura social e suas relações de

²⁵ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 15-16.

²⁶ *Ibidem*. p. 30-31.

²⁷ *Ibidem*. p. 31.

poder. Falamos, anteriormente, sobre como a ideologia, na concepção marxista e na concepção de Ricoeur (desde que em sua forma deformada), pode ser entendida como a reprodução das ideias de uma classe dominante. Considerando que o discurso é o simbólico atravessado pela ideologia entendemos de que forma as formações discursivas podem se tornar um campo de batalha para diferentes ideologias. Dessa maneira, as identidades constituídas pelos discursos estão, também, dentro de disputas ideológicas de poder²⁸.

Woodward irá abordar essa questão a partir da ideia de que existe um conflito gerado pelas expectativas e normas sociais no que se refere às identidades. O que a autora pontua é que existem sistemas dominantes de representação, ou seja, dentro das práticas representativas e os sistemas simbólicos de representação existem àqueles com mais força dentro do campo de disputas ideológicas da sociedade. Esses sistemas dominantes criam certas “normas sociais”, como, por exemplo, a normatividade da heterossexualidade na sociedade brasileira, que a partir do seu do seu caráter dominante nos constrange, independentemente de como nos colocamos em relação às nossas identidades sexuais, a se adequar a norma²⁹.

O que cria uma tensão, portanto, é a relação dos sujeitos com as normas sociais vigentes, já que ele pode se identificar tanto com a identidade normativa, quanto com uma identidade desviante. Dessa forma, a partir de Woodward, podemos ver que as identidades trabalham tanto no sentido da inclusão quanto no da exclusão, operando, portanto, a partir da demarcação da diferença: o que *é* (identidade) constitui-se a partir do que *não é*, a partir do outro, do diferente³⁰. Podemos aferir, quanto a isso, que as identidades que se enquadram nas normas sociais definem, portanto, o que está dentro e o que está fora, ou seja, as identidades aceitáveis e as identidades desviantes.

Essa compreensão das identidades enquanto um campo de disputa em conjunto da concepção da identidade como algo construído discursivamente, a partir do simbólico, e não como uma categoria fixa e imutável, permitem a concepção dos discursos políticos, em especial, aqui, os discursos de Política Externa de Dilma Rousseff, como construtores de identidades. O que nos permite estudar esses discursos de forma a compreender como as identidades são construídas através deles. Entramos aqui nos discursos políticos enquanto categoria de análise, e para isso farei algumas elucidações.

²⁸ HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p. 109.

²⁹ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p.33.

³⁰ *Ibidem*. p.52.

Trazemos, em primeiro lugar, o conceito de ponto nodal, explicado por Samir Perrone de Miranda em sua argumentação de que todo discurso busca se tornar um discurso dominante na sociedade. O autor parte, em sua tese, da multiplicidade de lugares de sujeito que podem existir em um discurso para conceituar o ponto nodal enquanto “princípio cuja função consistira em agregar diferentes identidades ou posições sujeito dispersas, articuladas por uma determinada cadeia de significados que gestaria uma nova identidade, uma nova diferença em curso³¹.”. O argumento de Miranda é de que todo discurso político se propõe dominante, e para se estabelecer como tal ele precisa ter sucesso em arregimentar o maior número possível de sujeitos (gerar um processo de identificação), para isso, e considerando que esses discursos se inscrevem no espaço do já-dito, ou seja, num espaço social que já tem seus significantes e seus discursos, o discurso político busca criar uma identidade que abarque o maior número possível de posições de sujeito³².

Argumentamos que, dentro dos discursos de política externas da Presidenta Dilma Rousseff sobre a América Latina, a identidade que ela busca criar é de uma comunidade latino-americana que, para melhor se posicionar no cenário internacional atual deve optar pela integração. Esta integração é viável, para Dilma, pela existência de um passado compartilhado entre a América Latina que cria um conjunto de valores comuns a todos os países que fazem parte da América Latina e Caribenha, bem como uma condição histórico-social específica de periferia do mundo capitalista globalizado. É importante pontuar, aqui, a consideração de Woodward sobre a construção de identidades culturais pautadas em um passado compartilhado: “A segunda concepção de identidade cultural é aquela que a vê como “uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’”. Isto não significa negar que a Identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos, e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação³³.”.

Entendemos, assim, que ao utilizar o passado para constituir uma identidade em comum entre os países latino-americanos, Dilma Rousseff faz mais do que elencar acontecimentos históricos equivalentes desses diferentes países, o que ela faz é mobilizar um conjunto de símbolos e significados que, quando articulados, reconstróem o passado, ressignificando-o de acordo com uma vinculação ideológica específica: a de que existe uma

³¹ MIRANDA, Samir Perrone de. **A Integração da América do Sul no discurso da Política Externa Brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2014. p.36.

³² *Ibidem*. p.36-37.

³³ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p.28.

cultura latino-americana que é passível de ser convocada e mobilizada dentro dos seus discursos. Termine esse subcapítulo com uma contribuição de Stuart Hall que nos lembra de que, não é por serem, em parte, imaginadas (criadas discursivamente a partir do simbólico) que as identidades, mobilizadas em discurso, são menos efetivas em assujeitar os sujeitos por meio da identificação³⁴.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECOLONIALIDADE

Quintero, Figueira e Elizalde ao abordar os estudos decoloniais descrevem esse campo de estudos como um “conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade³⁵”, composto por premissas epistêmicas compartilhadas e não isento de conflitos e contradições. O surgimento dos estudos decoloniais é normalmente colocado na esteira dos estudos subalternos e do pós-colonialismo, de modo que, ao mesmo tempo em que é influenciado pelas duas linhas teóricas citadas, se organiza através da crítica a elas.

Consideramos importante, mesmo que brevemente, abordar as principais linhas do pós-colonialismo (aqui visto como uma corrente teórica e não como o período posterior aos processos de independência das antigas colônias europeias) e dos estudos subalternos, já que elas irão influenciar o que hoje conhecemos como estudos decoloniais. Dessa forma, Ballestrin conceitua o *pós-colonialismo* como “um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra³⁶”. Maurício de Novaes Reis e Marcilea Freitas Ferraz de Andrade acrescentam, ainda, que esses estudos surgem junto com os processos de independência dos países africanos e, assim como o pensamento decolonial, vão nascendo ao mesmo tempo em que as relações sócio-históricas vão se desenvolvendo na sociedade³⁷.

O pós-colonialismo se desenvolve, então, tendo como principal premissa a identificação de um antagonismo intrínseco à relação do colonizador com o colonizado, e é a partir dessa identificação que os estudos pós-coloniais vão demonstrar e denunciar o projeto

³⁴ HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p. 109.

³⁵ QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP Afterall, 2019. p. 4.

³⁶ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Agosto de 2013. p.90.

³⁷ REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, Março de 2018, mensal. p.3-4.

de domínio e opressão sobre os povos que foi a colonização³⁸. Ballestrin pontua que, ao denunciar a opressão colonizadora sobre a política, a economia e a cultura do colonizado, os pós-colonialistas “foram os porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando esse não tinha voz³⁹”. A autora irá, ainda, apontar como os principais expoentes do pós-colonialismo Franz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi e Edward Said⁴⁰.

Já os estudos subalternos surgem no sul da Ásia, na década de 1970, a partir do Grupo de Estudos Subalternos sul-asiático, tendo Ranajit Guha como principal nome. Ballestrin nos aponta que o grupo se desenvolve ao redor da ideia de se opor ao eurocentrismo da historiografia indiana, criticando, portanto, a inexistência de uma voz, dentro da produção de conhecimento, dos povos subalternos (entendidos por eles, a partir do conceito desenvolvido por Gramsci, como um grupo com tendência histórica para se reunir, provisoriamente, contra as classes dominantes⁴¹). Inicia-se, no ano de 1992, um segundo grupo de estudos subalternos, inspirados nos primeiros, só que agora voltados para realidade latino-americana, esse seria o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos. A vida desse segundo grupo é curta e já em 1998 um dos seus participantes, Walter D. Mignolo, faz uma crítica a toda a gama de estudos que se preocupam em estudar as consequências da colonização europeia pontuando que, apesar da crítica ao eurocentrismo, essas correntes teóricas não são capazes de romper de modo radical com “imperialismo” epistêmico europeu⁴². Mignolo lança aqui as bases para o desenvolvimento do pensamento decolonial, do qual se tornará um importante nome.

Quintero, Figueira e Elizalde colocam que “Os estudos decoloniais compartilham um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade⁴³”. Eles irão, dentro disso, expor seis procedimentos conceituais comuns aos estudos decoloniais, o primeiro deles é em relação ao início da modernidade que é deslocado do Iluminismo/Revolução Industrial (onde é comumente situado) para o século XIV, com a invasão das Américas⁴⁴. Sobre isso, Grosfoguel cria uma imagem do que é entendido, no decolonialismo, como a gênese dessa modernidade:

³⁸ REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, Março de 2018, mensal. p.3-4.

³⁹ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Agosto de 2013. p.91.

⁴⁰ *Ibidem*. p.91.

⁴¹ *Ibidem*. p.93.

⁴² *Ibidem*. p.95.

⁴³ QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP Afterall, 2019. p. 5.

⁴⁴ *Ibidem*. p. 5.

A primeira lição a tirar do deslocamento da nossa geopolítica do conhecimento é que aquilo que chegou às Américas nos finais do Século XVI não foi apenas um sistema econômico de capital e trabalho [...] O que chegou às Américas foi uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo não é capaz de explicar. [...] Às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo⁴⁵.

Podemos partir dessa citação de Grosfoguel para o segundo e o terceiro procedimentos conceituais apontados por Quintero, Figueira e Elizalde. O segundo ponto seria, portanto, uma ênfase, dentro dos estudos decoloniais, de que a estruturação do poder na modernidade deriva das relações coloniais e da articulação do sistema-mundo capitalista na sua forma global. O terceiro ponto parte do segundo para considerar a modernidade, em seu caráter globalizado, não surge enquanto um fenômeno simétrico europeu que se espalha pelo mundo, mas sim se desenvolve na relação assimétrica de poder da Europa com o mundo colonizado⁴⁶. Dessa forma, podemos pensar a modernidade como essencialmente colonialista, afinal o advento de um sistema-mundo capitalista que ordena as relações político-econômicas do mundo só foi possível pelo desenvolvimento, concomitante, do colonialismo.

O quarto procedimento conceitual seria justamente considerar as assimetrias de poder como constitutivas da modernidade e implica, necessariamente, na subalternização dos povos colonizados. A consequência disso são os dois últimos procedimentos levantados pelos autores, dessa forma o quinto ponto coloca essa subalternização como estruturada em um controle do trabalho e das produções de intersubjetividade; e o sexto ponto coloca como resultado disso o eurocentrismo como forma privilegiada de produção de conhecimento e subjetividades⁴⁷.

Grosfoguel irá, portanto, conceituar o sistema-mundo como uma estrutura histórica dotada de um poder específico, a “matriz de poder colonial”, que apesar de ser uma estrutura econômica de controle e exploração é, também, muito mais que isso, sendo considerada por ele um enredamento de várias hierarquias globais de exploração e dominação⁴⁸. Uma das formas de dominação que é central para Grosfoguel, e também o será para Quijano, é a questão

⁴⁵ GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008. p.122.

⁴⁶ QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP Afterall, 2019. p. 5.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 5.

⁴⁸ GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008. p.123.

da raça, que, de acordo com o autor, atravessa, transversalmente, todas as outras formas de controle da modernidade⁴⁹ (a divisão racializada do trabalho durante a colonização das Américas e que permanece até hoje, onde as populações negras continuam realizando os trabalhos mais precarizados e pior remunerados do sistema capitalista, é um exemplo disso).

O que será defendido pela perspectiva decolonial, a partir disso, é que as formas de colonização não acabaram com os movimentos de independência na América no século XIX, e mais tarde na África e na Ásia, pelo contrário, a ausência de uma administração colonial nos territórios colonizados não acaba com a colonização, ela permanece. De acordo com Grosfoguel:

As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos. Continuamos a viver de acordo com a mesma “matriz de poder colonial”. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “*colonialismo* global” para entrar num período de “*colonialidade* global”⁵⁰.

Isso nos deixa, então, com a questão de que, além da colonização política e econômica, existe também uma colonialidade do saber, que opera através da universalização da epistemologia europeia como única forma de pensamento possível, transformando as epistemologias do Sul global em epistemologias inferiores, meras “anedotas exóticas”, colonizando, assim, o próprio processo de formação de subjetividade dos povos subalternizados⁵¹. Grosfoguel, a partir da articulação do conceito de “ponto-zero” desenvolvido por Santiago Castro-Gomez, nos explicita como isso é possível:

O “ponto-zero” é o ponto de vista que se esconde e, escondendo-se, se coloca para lá de qualquer ponto de vista, ou seja, é o ponto de vista que se representa como não tendo ponto de vista. É esta visão através do olhar de deus que esconde sempre a sua perspectiva local e concreta sob um universalismo abstrato. [...] Em termos históricos, isso permitiu ao homem ocidental (essa referência ao sexo masculino é usada intencionalmente) representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não-ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade⁵².

⁴⁹ GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008. p.123-124.

⁵⁰ *Ibidem*. p.126.

⁵¹ MIGNOLO, Walter D.. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção decolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, Agosto de 2008. p.242.

⁵² GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008. p.120.

Walter Mignolo complementa, ainda, essa visão, ao dizer que essa colonidade do saber e do ser sobrevive ao tempo, e as mudanças históricas, pois muda o seu discurso, sem mudar as práticas colonialistas⁵³, ou seja, se durante a invasão da América se tratava de levar civilização ao primitivo, durante o neocolonialismo se tratou de levar o desenvolvimento ao subdesenvolvido, e hoje em dia, como demonstrado pelas guerras ao redor do petróleo, se trata de levar democracia ao mundo autoritário e anti-democrático.

A partir disso, Grosfoguel coloca que “Dado o seu enredamento com outras relações de poder, destruir os aspectos capitalistas do sistema-mundo não seria o suficiente para destruir o actual sistema-mundo. Para transformar seria essencial destruir um todo histórico-estrutural heterogêneo a que se chama ‘matriz de poder colonial’ do ‘sistema-mundo’⁵⁴.”. É desse modo que se coloca a crítica epistemológica decolonial. A proposta dos estudos decoloniais é, dessa forma, um resgate e uma valorização dos saberes e das epistemologias subalternas, ou seja, trazer o sul global para dentro da esfera de produção de conhecimentos considerados válidos.

Para que isso aconteça dois conceitos são importantes, o primeiro é o “pensamento crítico de fronteira”, definido, segundo Grosfoguel, como:

a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico de modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação decolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada⁵⁵.

Ainda sobre isso, mas abordando as questões de que, em primeiro lugar, o pensamento decolonial não busca recuperar um saber subalterno puro, pois esse ou nunca existiu ou não é passível de ser recuperado em um mundo já tocado pela modernidade europeia; e, em segundo lugar, a questão de que o pensamento decolonial não surge “fora” da modernidade europeia, mas sim na sua exterioridade, ou seja, o pensamento a partir daqueles que foram colocados como forasteiro no ideal moderno europeu de pertencimento. Trago a contribuição de Mignolo sobre a formação do pensamento de fronteira:

⁵³ MIGNOLO, Walter D.. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, Agosto de 2008. p.243.

⁵⁴ GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008. p.125.

⁵⁵ *Ibidem*. p.138.

No pensamento fronteiriço, como método, e na opção decolonial, como horizonte, é assumido que não há o “fora”, mas que o pensamento surge da exterioridade (a criação do fora pelo dentro), isto é na fronteira. Mas uma fronteira na qual os dois lados não estão em igualdade de condições. Daí a diferença epistêmica e ontológica colonial a partir da qual reclamam seus direitos epistêmicos (e não seu privilégio) aqueles que foram deixados de fora do jogo e da decisão⁵⁶.

Pensando no âmbito desse trabalho, a decolonidade nos atravessa em diversos momentos. Em primeiro lugar, existe uma relação íntima entre reconhecer que o conhecimento não é universal, abstrato e desvinculado de ponto de vista, como nos faz crer a epistemologia moderna e ocidental, com o reconhecimento de que a linguagem, por sua vez, também não é neutra e livre de pontos de vista – sendo ela, conforme discutido no início do capítulo, atravessada por ideologias e pronunciada por sujeitos marcados historicamente pela estrutura social em que vivem.

Outra questão que surge, a partir do nosso tema, é pensar a integração latino-americana dentro de um projeto de Política Externa brasileira que privilegia as relações Sul-Sul (conforme veremos com mais detalhes no próximo capítulo), e que busca pautar essas relações a partir das demandas da periferia do sistema mundial de modo a se colocar em pé de igualdade com o Norte global. Isso vai, também, ao encontro da ideia de decolonizar as relações de modo a romper os dependentismos do mundo outrora colonizado.

Além disso, esse trabalho busca, a partir dos estudos de decolonidade, pensar de que formas a pesquisa histórica sobre as relações latino-americanas e caribenhas podem se propor epistemologicamente libertadoras, pensando conceitos globais como colonização, desenvolvimento e democracia a partir de uma realidade latino-americana e de uma epistemologia também advinda do sul subalterno. Encerro aqui este capítulo, após as considerações teóricas, para efetivamente iniciar a análise das fontes, bem como a articulação dessa análise com as teorias e metodologias exploradas nesse capítulo.

⁵⁶ MIGNOLO, Walter D.. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, Agosto de 2008. p.246.

3. PASSADO COMUM E DESTINOS COMPARTILHADOS: A AMÉRICA LATINA ENQUANTO PRIORIDADE DE INTEGRAÇÃO

Iniciamos este capítulo com um passeio pelas fontes, no intuito de nos familiarizarmos com os discursos aqui analisados e com o método de seleção dos mesmos. Conforme pontuado na introdução deste trabalho, o acesso às fontes foi feito por meio da página virtual da Biblioteca da Presidência da República⁵⁷, onde estão transcritos os pronunciamentos oficiais da Presidenta Rousseff. Encontramos lá desde sua diplomação no Tribunal Superior Eleitoral, em dezembro de 2010, até o último pronunciamento feito por ela, em maio de 2016, quando foi afastada do cargo. Conforme pontuado, optamos por trabalhar com as falas de Dilma Rousseff que foram feitas diretamente a líderes e delegações de outros países da América Latina e Caribenha. Demonstraremos agora como chegamos a esses discursos.

Dentro da Biblioteca da Presidência da República estão transcritos 963 discursos da Presidenta Dilma Rousseff, sendo algumas dessas transcrições relativas ao mesmo pronunciamento, porém traduzido para outras línguas. Partindo desse número foram selecionados, em um garimpo inicial, 211 discursos relacionados à Política Externa brasileira. Incluímos, aqui, os brindes, declarações à imprensa, discursos e intervenções feitos pela Presidenta em reuniões e cúpulas multilaterais, bem como encontros bilaterais, com chefes de Estado e representantes de qualquer nação estrangeira, não limitada à América Latina e ao Caribe. Selecionamos, ainda, discursos que poderiam abarcar alguma relação com Política Externa, como por exemplo: discursos feitos nas formaturas do Instituto Rio Branco, posse de Ministros das Relações Exteriores e alguns pronunciamentos feitos em eventos internacionais.

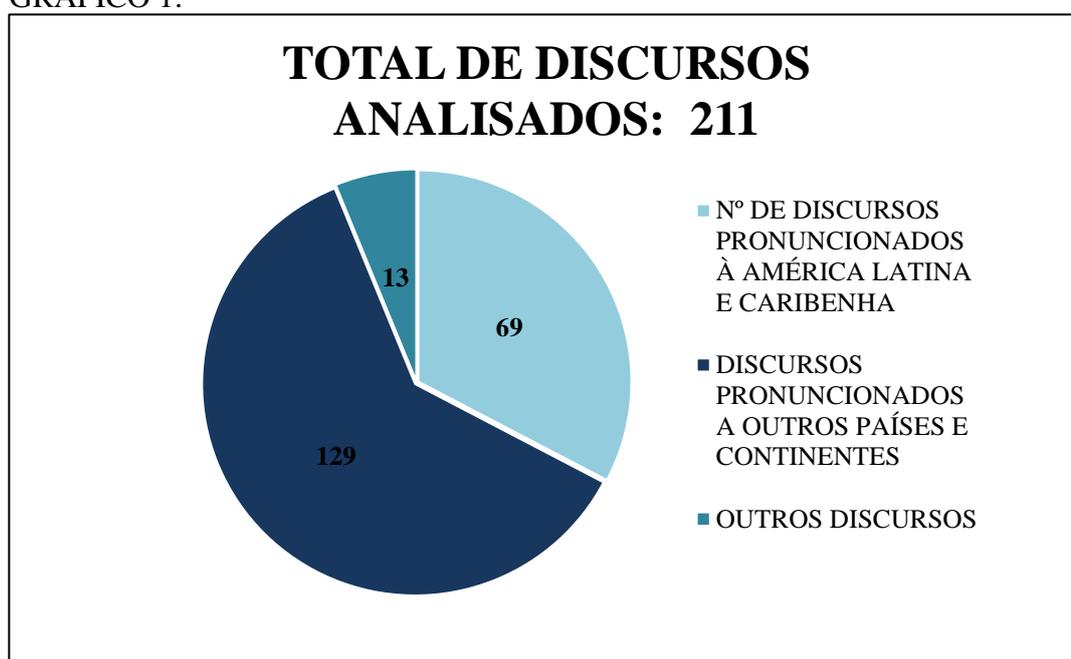
Prosseguimos a seleção das fontes através da leitura desses 211 discursos, buscando, assim, separar aqueles pronunciados diretamente a Chefes de Estado e delegações latino-americanos e caribenhos. No entanto, notamos que Dilma Rousseff abarca, em linhas gerais, a relação Brasil/América Latina e Caribe em discursos que fogem ao escopo do subcontinente latino-americano, como reuniões dos BRICS, do IBAS, ou na ONU. Dessa forma, ainda que o foco desta pesquisa sejam os discursos referentes à América Latina ela foi elaborada levando em conta a imagem que a Presidenta Dilma buscou expressar da integração latino-americana e caribenha para outros atores do cenário internacional, externos ao subcontinente.

Partimos desse entendimento e separamos, assim, ainda dentro dos 211 discursos iniciais, alguns dados que nos ajudam a contextualizar, numericamente, a pretensa prioridade

⁵⁷<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos>

das relações Sul/Sul que Rousseff evoca em seus discursos. Separamos, dessa forma, conforme o GRÁFICO 1, os 211 discursos em três categorias: a primeira, que é a categoria prioritária de análise desse trabalho, inclui discursos que foram pronunciados diretamente a países da América Latina e Caribe. A segunda categoria incluiu os pronunciamentos feitos a Chefes de Estado e comissões de países externos ao subcontinente latino-americano e caribenho. A terceira e última categoria, chamada de “Outros discursos”, abarca pronunciamentos em formaturas do Instituto Rio Branco, cerimônia de posse de Ministros das Relações Exteriores, eventos internacionais e pronunciamentos feitos ao Rádio e Televisão.

GRÁFICO 1:



Levantamento feito pela autora (2021).

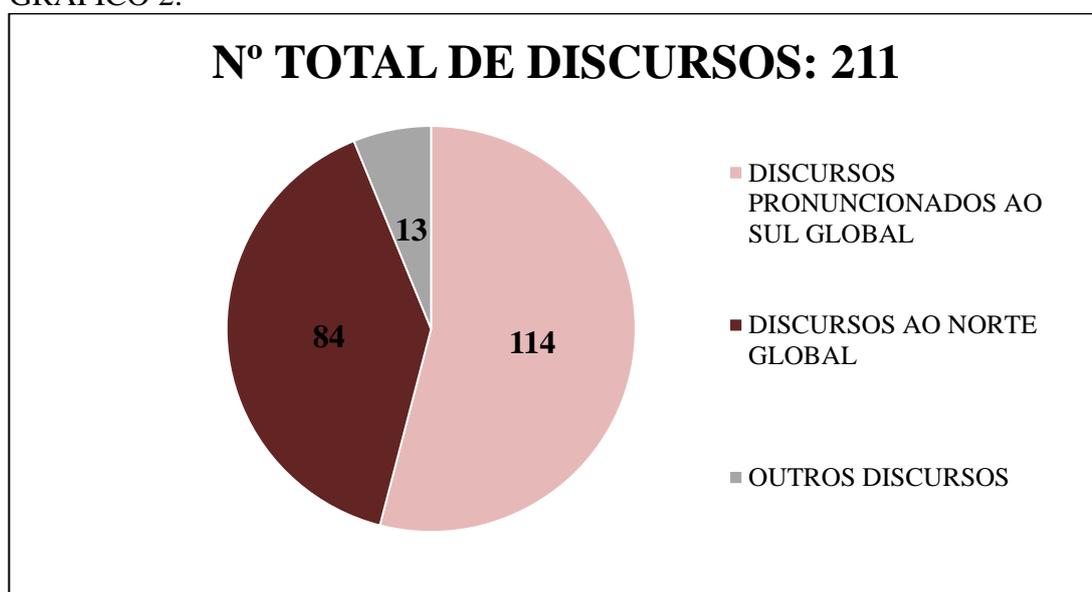
Consideramos, a partir desses números, que, apesar dos pronunciamentos à América Latina e ao Caribe representarem uma fatia menor do gráfico do que os outros discursos externos, ela ainda é significativa, especialmente se considerarmos que os outros 63 encontros abarcam a Ásia, África, Europa, Oceania, os EUA e o Canadá. Dessa forma, podemos compreender que, em relação à quantidade de discursos proferidos por Dilma Rousseff, existe sim uma valorização das relações com a América Latina, conforme preconizado por ela em seus discursos:

O alicerce de nossa política externa é a relação harmônica e respeitosa com nossos irmãos latino-americanos. A eles sempre devemos dar o melhor de nós. A

maior de nossas prioridades é a integração regional, principalmente com nossos vizinhos da América do Sul⁵⁸.

Trazemos, agora, outra dimensão para a análise desses dados: a relação entre os discursos de Dilma Rousseff e a separação entre Norte e Sul globais. Consideramos essa informação importante, pois, a priorização da América Latina e Caribe feita por Dilma Rousseff, em seus discursos de Política Externa, como área primeira de integração, se circunscreve dentro de uma visão mais ampla do PT de valorização das relações Sul/Sul. Dessa maneira, e conforme o GRÁFICO 2, podemos analisar essa relação.

GRÁFICO 2:



Levantamento feito pela autora (2021).

Podemos, a partir do GRÁFICO 2, traduzir em números o conceito de política externa petista que, nas palavras da própria Presidenta Dilma Rousseff, buscou as relações com o Sul Global como forma de construir uma maior equidade de negociações com o Norte Global no cenário econômico internacional:

Estamos unidos – Brics, América Latina e África – em um grande projeto comum de crescente aproximação e de objetivos compartilhados, uma parceria entre iguais, que se constrói no respeito mútuo, voltada para o desenvolvimento e o bem-estar de seus povos, uma parceria que abandonou e abandona as agendas ocultas, cuja característica – e nós conhecemos isso muito bem – era utilizar a ajuda econômica como instrumento político.

Estou certa de que o século XXI será de afirmação do mundo em desenvolvimento. Nós vamos reduzir a distância econômica e social que ainda nos separa dos países mais avançados. Seremos, Brics, África e América do Sul, protagonistas decisivos deste novo cenário histórico de uma cultura de paz, de

⁵⁸ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado.** Brasília/DF. 28 de ago. de 2013.

solidariedade, de justiça social e de cooperação fraterna. Alegro-me muito pensar que poderemos fazê-lo juntos⁵⁹.

Dessa maneira, as relações com a própria América Latina e Caribenha também estão incluídas nessa lógica de integração para uma maior equidade dentro do cenário internacional, já que o Brasil, por exemplo, tem mais flexibilidade em uma negociação quando é representado pelo MERCOSUL, que une a vontade de boa parte da América do Sul, do que quando entre sozinho em uma negociação com as grandes potências mundiais.

Partindo desses dois gráficos, e com foco nos 69 pronunciamentos de Dilma Rousseff às nações da América Latina e Caribe, dividimos o trabalho com as fontes em dois capítulos: o primeiro, que começou com esse passeio pelo método de escolha dos discursos, segue, agora para a análise dos usos do passado nos discursos de Dilma. Trataremos adiante, como a Presidenta Dilma mobiliza diferentes temporalidades para criar, em um lugar do passado, o embrião da ideia integracionista, e assim justificar o projeto que ela busca levar adiante no presente. O segundo capítulo segue a análises de fontes, porém com foco no tema dos parâmetros da integração regional, tais quais os valores compartilhados, a diversidade e, por fim, a defesa da democracia.

Antes de adentrarmos a análise de fontes propriamente dita, gostaríamos de fazer um adendo em relação às fontes. O conjunto de fontes utilizados nesse trabalho foi acessado, conforme pontuado anteriormente, integralmente online, dessa maneira, consideramos importante frisar que, em momentos como o que vivemos de pandemia da COVID-19, a disponibilidade de acervos virtuais é essencial para o desenvolvimento de pesquisas, assim como foi para essa. Definimos, portanto, como fundamental o fomentado à disponibilização virtual de fontes, tornando, assim, mais acessível e universalizado o trabalho científico.

3.1 NOVAS MANEIRAS DE INTEGRAR: A VALORIZAÇÃO DO ENTORNO LATINO-AMERICANO NOS DISCURSOS DE DILMA

Como apontado anteriormente, a integração regional com a América Latina – e, em um sentido macro, as relações Sul-Sul – são peças chave da política externa petista, desde os mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, até os mandatos de Dilma Rousseff. Hannah Guedes de Souza, em sua dissertação, aponta que essa é uma visão que transcende os mandatos de ambos os ex-presidentes brasileiros, sendo parte dos princípios gerais do Partido

⁵⁹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sessão de trabalho da V Cúpula dos Brics**. Durban/África do Sul. 27 de mar. de 2013.

dos Trabalhadores, ao qual ambos são filiados⁶⁰. Dessa forma, já em sua fundação, o PT trará a luta anti-imperialista para a diretriz de Política Externa do partido, traduzida no questionamento ao alinhamento automático, principalmente aos EUA, e rogando, assim, por uma política externa independente (PEI), que prezasse pelo desenvolvimento nacional. Guedes aponta, ainda, que apesar do tom da Política Externa do PT ter se tornado mais moderada, quando o partido chega à presidência da República, em primeiro lugar através de Lula, e novamente nos subsequentes mandatos de Dilma Rousseff, permaneceu a ideologia de solidariedade entre os países do Sul Global, e a ampliação do relacionamento com o Terceiro Mundo como forma de aumentar o poder de barganha no mercado econômico internacional⁶¹.

No caso da atuação de Rousseff enquanto presidenta, as relações Sul-Sul, e, em consequência, a integração latino-americana, assumem o papel de solução para a crise econômica mundial que atingia os países desenvolvidos desde 2008, e que chega com maiores consequências no Brasil em 2011, coincidindo com o início do seu primeiro mandato⁶². Dessa forma, as primeiras justificativas para a integração regional da América Latina e Caribe a aparecerem nos discursos de Rousseff giram em torno das agruras dos países periféricos com o atual cenário internacional e como superá-las. Podemos observar, nos trechos a seguir, como a Presidenta articula a relação entre integração regional e o Sistema Internacional:

[...] porque num mundo altamente globalizado e um mundo que vive uma conjuntura em que os temas da integração e da integração regional e do enfrentamento às dificuldades que as crises nos países desenvolvidos lançaram sobre o mundo, essa cooperação interregional, ela passa a ser um elemento fundamental para a superação e para a construção de um mundo que cresce, que distribui renda e que beneficia as suas populações⁶³.

O trecho acima é parte de uma declaração à imprensa feita por Dilma Rousseff na ocasião de uma reunião bilateral com o então presidente do Chile, Sebastián Piñera, e demonstra como Rousseff desenvolve o argumento de que a integração regional latino-americana é fundamental dentro de um mundo globalizado e em crise. No trecho seguinte, proferido durante uma sessão de trabalho na II Cúpula da CELAC, em Havana, podemos ver

⁶⁰ SOUZA, Hannah Guedes de. **A América Latina na política externa brasileira: um balanço dos governos petistas (2003-2016)**. 2019. 174 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, UNILA, Foz do Iguaçu, 2019. p.65-70.

⁶¹ SOUZA, Hannah Guedes de. **A América Latina na política externa brasileira: um balanço dos governos petistas (2003-2016)**. 2019. 174 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, UNILA, Foz do Iguaçu, 2019p.65-70.

⁶² *Ibidem*. p.129.

⁶³ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos**. Santiago/Chile. 26 de jan. de 2013.

como Dilma Rousseff constrói a integração como uma forma de melhorar o posicionamento dos países da América Latina no mercado econômico internacional:

Buscamos para todos os nossos países um melhor lugar na arena internacional. A Celac não impede as relações bilaterais entre os Estados dentro e fora da região, pelo contrário, tem a capacidade de fortalecê-las. Com a integração, criamos sinergias que fortalecem nossos projetos individuais de desenvolvimento. Com a integração, a prosperidade de cada um transforma-se na riqueza de todos⁶⁴.

Essa questão aparece também, como veremos a seguir, em um contexto de parcerias bilaterais do Brasil, como no encontro da Presidenta Dilma com a então Presidenta da Argentina Cristina Kirchner:

A integração é a chave para fortalecer nossa presença no mundo e para a construção de um futuro melhor, com maior prosperidade, com inclusão social e com aprofundamento da democracia. Por isso, a presidenta Cristina e eu nos empenhamos em fazer avançar a integração de nossos países, dar mais qualidade política à nossa relação, superar os entraves nas nossas relações comerciais, de investimento e parceria⁶⁵.

Recuperando alguns conceitos de AD que vimos no começo deste trabalho, e a partir dos trechos apresentados, podemos elencar o contexto histórico-social desses discursos como sendo um mundo em intenso processo de globalização, o que demanda dos países periféricos a busca por uma integração regional que permita uma melhor inserção no cenário econômico internacional⁶⁶. Ao mesmo tempo, existe um contexto mais imediato: as três reuniões em que os discursos acima foram pronunciados, e que ocorreram entre janeiro de 2013 e janeiro de 2014. Nesse momento, não só a crise mundial de 2008 já tinha se assentado na América Latina, como Dilma Rousseff também enfrentava um momento de alta instabilidade política no seu governo. Durante o ano transcorrido entre os discursos, Dilma Rousseff enfrentaria as jornadas de junho, representando o aumento das mobilizações populares contrárias ao seu governo, e, mais tarde, os protestos contra a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014. Além disso, 2014 foi ano de campanha de Rousseff, que a levou a uma vitória eleitoral apertada contra seu opositor Aécio Neves, e a um segundo mandato mais instável que o primeiro.

⁶⁴ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a I Sessão de Trabalho da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – CELAC – Havana/Cuba.** Havana/Cuba. 28 de jan. de 2014.

⁶⁵ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante jantar oferecido pela Presidenta da Nação Argentina em homenagem à Presidenta da República e comitiva.** Buenos Aires/Argentina. 25 de abr. de 2013.

⁶⁶ COSTA, Rogério Santos da. **A América do Sul vista do Brasil: a integração e suas instituições na estratégia brasileira no Governo Lula.** 2010. 249 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2010. p. 37-48.

Esses contextos podem ajudar a explicar a recorrência da integração como uma forma de superar um cenário internacional instável e complicado, que agravava um cenário interno também conturbado, e alcançar, assim, através da integração regional, prosperidade futura. Outro apontamento que podemos fazer aqui é a articulação do interdiscurso nos pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff. Como vimos anteriormente, o interdiscurso, na AD, é a manifestação de discursos outros, externos ao nosso, dentro da estrutura discursiva que estamos construindo. Dessa forma, a fortificação das relações Sul-Sul que vem dos princípios fundacionais do Partido dos Trabalhadores, e já vinham sendo mobilizados por outras figuras, tal qual o ex-presidente Lula, são articulados, também, pela Presidenta como parte da carga ideológica que ela utiliza para justificar seu projeto de integração.

Tendo como horizonte, portanto, uma inserção internacional favorável, e maior poder de barganha frente aos países desenvolvidos, Dilma Rousseff, em seus discursos, constrói, também, uma justificativa simbólica para a integração. Trabalhamos, nesta pesquisa, com a ideia de que essa justificativa simbólica se constitui em uma identidade latino-americana e caribenha, e é baseada, entre outros elementos, na ideia de um passado compartilhado pelo subcontinente. Dentro disso, começamos essa pesquisa pontuando que, Dilma Rousseff, em seus pronunciamentos, irá mobilizar três passados distintos, construindo, assim, uma linha cronológica própria da integração latino americana, e produzindo posições-sujeito que justificam e inspiram seu projeto de integração regional.

Dessa forma, compreendemos os dois primeiros passados mobilizados pela Presidenta Dilma Rousseff como detentores de um antagonismo intrínseco, pois, enquanto o primeiro passado ao qual ela se refere, traz consigo a fundação do ideal integracionista da América Latina e Caribenha, o segundo passado preconiza um afastamento proposital entre o subcontinente. Estabelece-se assim, na narrativa integracionista da Presidenta, uma dicotomia entre um passado que engrandece e legitima as tentativas atuais de integração, e um segundo passado que representa um afastamento entre os países latino-americanos, enfraquecendo e impossibilitando a prosperidade plena da região. Vejamos, então, como esses dois passados são mobilizados nos pronunciamentos de Dilma Rousseff:

Cento e trinta anos atrás, José Martí celebrava a emancipação política das ex-colônias ibéricas. Creio que temos sido fiéis a essa emancipação. De colônias passamos à condição de Estados soberanos e hoje avançamos na construção de uma

região cada dia mais integrada, uma América nossa, no dizer de José Martí. Região na qual nós, brasileiros, nos sentimos orgulhosos de viver⁶⁷.

Notamos, através desse trecho, como Dilma Rousseff apresenta a integração regional como uma forma de retomar os processos que foram iniciados com as lutas anticoloniais. No trecho a seguir, Dilma Rousseff evoca outro libertador da América, Simón Bolívar, para, novamente, mostrar a integração regional como uma forma de honrar os processos de independências das América:

Eu acredito que o sonho de Bolívar de que as nascentes nações latino-americanas poderiam se governar e poderiam, de forma autônoma, se desenvolver – que naquela época foi derrotado –, agora está maduro. E eu tenho certeza de que este é o momento em que a gente vai firmar a possibilidade de os nossos países, mantendo a sua soberania, mantendo a sua independência, se relacionarem como países irmãos, construindo uma região de crescimento, de oportunidades, em que, de fato, as pessoas considerem um dos melhores lugares para se viver⁶⁸.

Nesse trecho podemos ver uma ênfase na relação independência/integração com o conceito de autonomia, retomando a Análise de Discurso para pensarmos os discursos outros que significam dentro dos pronunciamentos que estamos analisando, podemos articular essa fala da presidenta com a busca da política externa petista por uma autonomia e um alinhamento independente que discutimos anteriormente. Dessa forma, além de apresentar um passado comum no qual os países latino-americanos podem assentar sua integração atual, Dilma Rousseff articula também um discurso integracionista que privilegia as relações entre países em desenvolvimento, sem alinhamentos automáticos ao Norte desenvolvido. Ainda dentro dessa questão:

Aqui em Caracas estão presentes, hoje, líderes de nações que dão realidade, em seus países, aos sonhos de liberdade e de integração, que as grandes lideranças que ao longo da história da América Latina foram responsáveis não só pela luta de libertação, mas por um projeto de constituir a integração das diferentes regiões da América Latina. Não podemos, sempre que falamos nisso, esquecer Simón Bolívar e tantos outros.

É verdade que o Brasil teve um processo que correu, de uma certa forma, por outros caminhos. Mas também é verdade que brasileiros participaram – como é caso do tão lembrado Abreu e Lima – desse processo, na chamada América Espanhola⁶⁹.

⁶⁷ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a I Sessão de Trabalho da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – CELAC – Havana/Cuba.** Havana/Cuba. 28 de jan. de 2014.

⁶⁸ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Declaração à Imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez.** Caracas/Venezuela. 01 de dez. de 2011.

⁶⁹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Intervenção da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a primeira sessão plenária da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo**

Aqui podemos ver que, apesar de admitir a diversidade de processos na luta por independência das Américas, Dilma Rousseff ainda busca símbolos em um passado compartilhado para apoiar seu argumento de que a integração latino-americana é um destino forjado no passado do subcontinente. Dessa forma, podemos notar que Dilma Rousseff articula um passado que é comum a todos os países latino-americanos: a luta por independência contra o colonizador europeu; e situa, justamente nesse passado, a origem da busca latino-americana por integração. Dessa forma, construir um presente integracionista é estar alinhado com os valores de liberdade e independência do anti-colonialismo. Apresenta-se, assim, uma posição-sujeito de identificação com um passado glorioso do subcontinente. O próximo trecho traz, também, esse passado glorioso, e nos ajuda a introduzir a segunda temporalidade referida nesse capítulo, de distanciamentos dos países latino-americanos:

Esse desafio, que é o desafio da união regional, sonho de todos os nossos antepassados e frustração de tantas gerações, tem sido encaminhado por todos nós e isso tem grande significado político. Nossos países estão mostrando essa vocação para criar um futuro comum, que una toda a nossa região, que contribua para um mundo multipolar e multilateral, sem espírito de confrontação, sem pretensões hegemônicas e sem ingerência externa⁷⁰.

Esse trecho também nos coloca a integração regional como uma questão que surgiu em um passado distante, porém, nesse pronunciamento, Dilma Rousseff incluiu um passado de frustração desse ideal integracionista. Nesse discurso podemos ver a coexistência das duas primeiras temporalidades que estamos analisando nesse capítulo, e, também, a forma com que elas se articulam e coexistem dentro das formações discursivas da Presidenta. Dilma Rousseff começa, assim, a construir um “outro” no seu discurso, ao mesmo tempo em que desenvolve um passado comum entre os países latino-americanos. Esse “outro” aqui citado são aqueles que se opõe ao projeto integracionista da América Latina, e, como veremos no decorrer do trabalho, ele nem sempre é definido, e assume diferentes posições-sujeito.

Prosseguindo, portanto, com essa dupla temporalidade, Dilma Rousseff evoca no seu discurso um passado em que a realidade latino-americana e caribenha é de afastamento e desunião: “O Brasil, durante muito tempo, viveu de costas para a América Latina e, agora, a partir dessa década, do início dessa década, em 2003, com o presidente Luiz Inácio Lula da

da América Latina e do Caribe e I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Caracas/Venezuela. 02 de dez. de 2011.

⁷⁰ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Declaração à Imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro bilateral com o Presidente da República da Venezuela, Nicolás Maduro.** Brasília/DF. 09 de maio de 2013.

Silva, as coisas mudaram e eu dei continuidade a essa mudança⁷¹.”. Nesse trecho, o passado ao qual Dilma Rousseff se refere é um passado indeterminado, ele joga a responsabilidade pela desarticulação dos países latino-americanos em um “outro” sujeito que não é nomeado, e em um “outro” momento que também não é especificado. A expressão “durante muito tempo”, no entanto, parece trazer consigo uma ideia de continuidade, como se a norma, em termos da relação do Brasil com a América Latina, fosse “viver de costas”. Na sequência do mesmo discurso, Dilma Rousseff pontua:

Qual é o sentido dessa mudança? O sentido dessa mudança é perceber que é muito importante a região na qual nós vivemos. E essa região é uma região especial, uma região onde nós não temos guerras, conflitos étnicos, conflitos religiosos, não temos disputas e, enfim, uma região em que nós sofremos de alguns problemas sérios: primeiro, da desigualdade, da exclusão; tivemos um problema sério em relação à dívida, quase todos nós tivemos a situação de tragédia que foi a crise da dívida, que começa em [19]82, com o primeiro e o segundo choque do petróleo e, também, com todos os processos de endividamentos que dali advieram. A partir daí nós mudamos a nossa perspectiva e começamos a olhar de outra forma para os nossos países⁷².

A partir desses dois últimos trechos podemos ver que uma nova temporalidade entra em cena: quando a integração com a América Latina e Caribenha volta a ser valorizada. A princípio, parece existir uma contradição entre os dois trechos, já que o segundo estabelece as crises do petróleo em 1982, e o subsequente endividamento dos países latino-americanos, como o momento em que “começamos a olhar de outra forma para os nossos países⁷³”; a citação anterior, no entanto, estabelece a chegada do ex-presidente Lula como vetor da mudança na forma de encarar a relação Brasil/América Latina e Caribe. Essa discrepância pode ser explicada, no entanto, a partir da existência, no Brasil, de uma disputa ideológica em torno da ideia de integração.

Dessa forma, e a partir do histórico da integração regional feito por Samir Perrone de Miranda, a relação do Brasil com o restante da América Latina sempre foi inconstante. O autor aponta que só passamos a olhar para a América como área privilegiada de relações exteriores com o fim do Império, e início da República, em 1889, porém, esse olhar era direcionado, quase que exclusivamente para os EUA. A partir desse momento, a história das

⁷¹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pelo Presidente da República do Peru, Ollanta Humala – Lima/Peru.** Lima/Peru. 11 de nov. de 2013.

⁷² BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pelo Presidente da República do Peru, Ollanta Humala – Lima/Peru.** Lima/Peru. 11 de nov. de 2013.

⁷³ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pelo Presidente da República do Peru, Ollanta Humala – Lima/Peru.** Lima/Peru. 11 de nov. de 2013.

relações exteriores brasileiras passa a oscilar entre momentos de maior ou menor alinhamento aos Estados Unidos da América, sendo a América Latina e o Caribe uma espécie de contraponto que aparece nos momentos de afastamento para com os EUA, mas sem nunca lograr o estabelecimento de relações aprofundadas. Ele aponta que, a partir da redemocratização, no Brasil, após o período de Ditadura de Segurança Nacional vivenciado pelo país (1964 - 1985), existe uma reaproximação com a Argentina, e a formação gradativa de um mercado comum no Cone Sul, porém, conforme apontado por Miranda a América Latina continua sendo um dos objetivos integracionistas principais do Brasil⁷⁴.

O autor apresentará, então, algumas transformações na forma que a integração regional é pensada na Política Externa Brasileira (PEB). Em primeiro lugar, temos que, durante a gestão de Itamar Franco a América do Sul se constitui como ideal de integração, transformando a América Latina em um ideal postergado, a ser perseguido após a efetivação de uma integração regional mais próxima e mais realista⁷⁵. Em segundo lugar temos o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, após um primeiro mandato de aprofundamento do neoliberalismo e alinhamento com o Norte desenvolvido, volta o seu olhar para a América do Sul, a partir do segundo mandato, impulsionado pela crise do neoliberalismo do final da década de 1990, que abalou a concepção do então presidente de aproximação com as grandes potências. Essa nova onda de aproximação, porém, é focada nos aspectos comerciais, privilegiando as ideias de Mercado Comum e Zonas de Livre Comércio, portanto, uma aproximação substancialmente econômica⁷⁶.

Com os governos petistas, chega ao poder um novo ideal integracionista, que coloca a América do Sul, e, discursivamente, toda a América Latina, novamente na prioridade das relações exteriores brasileiras. Porém aqui, em oposição ao governo anterior, a integração é vista como uma ferramenta para o desenvolvimento nacional, devendo, portanto, ser mais profunda e abrangente que as relações comerciais. Luís Inácio e Dilma Rousseff irão trazer, também, a questão da solidariedade entre países ditos terceiro-mundistas, abarcando uma dimensão social da integração⁷⁷. Nesse ponto, se instala, portanto, a disputa pela origem da valorização regional na política externa brasileira. Miranda nos mostra que, mesmo

⁷⁴ MIRANDA, Samir Perrone de. **A Integração da América do Sul no discurso da Política Externa Brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2014. p.56-63.

⁷⁵ MIRANDA, Samir Perrone de. **A Integração da América do Sul no discurso da Política Externa Brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2014. p.113-126.

⁷⁶ *Ibidem*. p.126-142.

⁷⁷ *Ibidem*. p.142-166.

reconhecendo a existência de impulsos integracionistas no governo FHC, o discurso petista, e consequentemente de Luís Inácio e Dilma Rousseff, relativos à integração sul-americana, verá na chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República como o ponto de origem de uma verdadeira revalorização da integração regional, já que o partido trouxe para a política um ideal de integração mais aprofundado do que as relações comerciais propostas pelo seu antecessor. Miranda aponta isso como a diferenciação feita, pelo governo petista, entre ideia e realização⁷⁸.

Voltando para os discursos de Dilma Rousseff, conseguimos compreender a aparente incoerência de seu pronunciamento em relação ao início da integração latino-americana como a manifestação, em seu discurso, dessa diferença entre ideia e realização petista. Dessa forma, apesar de compreender a questão do endividamento latino-americano por conta das crises do petróleo como ponto chave para a América Latina olhar para seu entorno como uma forma de enfrentar as dificuldades do cenário internacional com maior equidade, ela estabelece uma verdadeira aproximação desses países somente a partir dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, e dela mesma.

O que temos, portanto, é que ao mesmo tempo em que traz um “outro” que abarca, em si, a posição-sujeito de um anti-integracionismo, Dilma Rousseff constrói, também, em seus discursos uma nova posição-sujeito: àquela que recupera o projeto de integração regional. Colocamos, nesse trabalho, que essa é uma posição que assume um caráter de passado que se faz presente, no sentido de que, ao mesmo tempo em que ela traz, em seus discursos, um rol de personalidades que, em um passado mais recente, reconstruíram a integração latino-americana, ela chama os Chefes de Estado dos países latino-americanos a assumirem, também, essa posição. Podemos ver como ela traz esse passado recente no trecho a seguir:

Hoje nós estamos concluindo uma obra que se iniciou por iniciativa do presidente Néstor Kirchner. Essa obra faz parte do legado que o presidente Kirchner e o presidente Lula deixaram para o Brasil e a Argentina, um legado em que nós mudamos o conceito das relações entre os nossos países, estabelecemos a cooperação, o entendimento, a ação conjunta como a regra, afastando todas as antigas e necessariamente indevidas propostas que afastavam o Brasil da Argentina, deixavam o Brasil e a Argentina sem perspectivas de uma ação comum, transformavam as nossas relações em rugas e desacertos, ou até em rivalidades.

Isso tem uma história muito longa. Começa quando, olhando para o porte de nossas economias e nações, os países dominantes tiveram o cuidado de nos afastar sistematicamente. Não só criaram bitolas diferentes nos nossos sistemas de

⁷⁸ *Ibidem*. p.142-166.

transporte ferroviário como também criaram ciclos diferentes entre os nossos sistemas energéticos⁷⁹.

Dilma Rousseff mobiliza, portanto, uma terceira categoria temporal em seus pronunciamentos: a de recuperação do ideal integracionista que surgiu com as lutas por independência na América, foi interrompido por aqueles que buscaram, sistematicamente, manter os países latino-americanos afastados um dos outros, e cuja recuperação é, ao mesmo tempo, legado de Lula e Kirchner, e dever daqueles que assumem a liderança das nações latino-americanas naquele momento específico em que o discurso está sendo materializado.

Constituem-se, portanto, três diferentes posições-sujeito nos discursos de Dilma Rousseff sobre integração regional. Em primeiro lugar, temos um passado anticolonial, de busca por liberdade e independência, que aparece como incubador do ideal de integração. Ele é articulado como um passado inspirador, lançando as bases históricas para a aproximação recente entre os países da América Latina e Caribe, criando assim uma identificação da integração latino-americana e caribenha com a ideia de destino compartilhado. Por outro lado, se estabelece, também, um antagonismo dentro do discurso, representado por aqueles que mantiveram a América Latina afastada por todo esse tempo, representando, assim posição-sujeito de “oposição”, que configura o “outro” do discurso.

Por fim, Dilma Rousseff traz uma posição-sujeito com a qual ela espera que os Chefes de Estado com os quais se encontra possam *se* identificar. É a partir da terceira posição-sujeito articulada por ela, representada pela retomada dos esforços integracionistas, que ela espera arregimentar os sujeitos a quem se dirige, mobilizando-os, assim, a apoiarem o seu projeto de integração. Se o passado independentista serve, portanto, de inspiração e base histórica para a integração, e o passado de afastamento serve para a construção de oposição dentro do discurso, o passado recente, de retomada da integração, serve como posição prioritária de identificação e mobilização dos interlocutores.

Vimos, assim como essas três temporalidades se articularam para justificar, em um passado comum, o projeto integracionista de Dilma, e assim arregimentar e mobilizar sujeitos. Veremos, no próximo capítulo, como Dilma partindo de uma integração já justificada, articula o passado para construir uma série de valores compartilhados entre os países latino-americanos a partir dos quais a integração regional na América Latina e Caribe deve ser levada a cabo.

⁷⁹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Embaixada da República Argentina.** Brasília/DF. 29 de jul. de 2011.

4. INCLUSÃO SOCIAL, DEMOCRACIA, E SOBERANIA: A TRIÁDE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO GOVERNO DILMA

Iremos, portanto, nesse capítulo, abordar alguns conceitos que Dilma Rousseff considera como valores compartilhados fundamentais para a integração do Brasil com o restante da América Latina e Caribenha. Consideramos importante pontuar, antes de começarmos a análise, que apesar desses valores estarem sendo trabalhados individualmente, eles se cruzam e se entrecortam dentro dos argumentos da Presidenta, e isso irá acontecer, também, ao longo desse trabalho. Como apontado no final do capítulo anterior, os conceitos-chave com que iremos trabalhar nesse capítulo são: a inclusão social, a democracia, o respeito à soberania e autodeterminação dos povos, e o pacifismo.

Começamos, dessa forma, com a questão da inclusão social. Transformar a integração regional em benefícios diretos para a população, principalmente os mais vulneráveis, é concebido, por Dilma Rousseff, como o cerne das políticas de integração latino-americanas, devendo, portanto, ser seu objetivo principal. Dessa forma, em reunião sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, Dilma Rousseff coloca que:

Acredito que é chegada a hora de explorarmos novos horizontes, com o fortalecimento de nossa agenda econômica, social e cidadã. Nossa união, para ser duradoura, tem de refletir-se no bem-estar de nossos povos, em particular para os segmentos mais vulneráveis das nossas populações.

É por isso que vamos unir esforços em áreas como integração fronteiriça, saneamento, habitação, desenvolvimento urbano, educação, cultura e promoção de igualdade de oportunidades⁸⁰.

Como podemos observar a união de esforços com a Argentina, nas mais diversas áreas, tem como objetivo primeiro, levar o bem-estar para as populações mais vulneráveis. Apesar desse pronunciamento se ater as relações com um país específico, a Argentina, isso reflete, também, na integração com o restante do continente. Dessa forma, Dilma Rousseff, ao receber as chaves da cidade de Lima, no Peru, coloca que:

O que eu quero dizer é que a nossa biodiversidade e a diversidade cultural de povos que têm na sua origem afrodescendentes, indígenas e brancos é a diferença que nós fazemos no mundo, e essa capacidade de perceber que nós temos de romper com a desigualdade, que é a base da submissão dos diferentes povos que vieram desenvolver esse canto do mundo é algo crucial. Por isso que nós elegemos a política social, basicamente aquela que foca na raiz da desigualdade, na primeira

⁸⁰ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço fornecido pela Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, no Palácio San Martín.** Buenos Aires/Argentina. 31 de jan. de 2011.

raiz, que é a renda. Nós conseguimos desenvolver com políticas específicas de renda⁸¹.

Podemos ver que, além de estender para o restante do continente a questão de romper com a desigualdade social, Dilma Rousseff aponta, também, nesse discurso, um contexto, ou motivo, para que essa lógica seja rompida na América Latina. Dessa forma, aqueles que têm nos afrodescendentes, indígenas e brancos sua origem, têm também a capacidade e o dever de romper com a desigualdade social. É, portanto, a diversidade cultural, comum à América Latina, e a submissão desses diferentes povos o que nos leva a romper com as lógicas de submissão e desigualdade social. Podemos salientar, ainda, que apesar de não ter citado isso diretamente, ao falar da diversidade cultural do continente latino-americano, Dilma Rousseff evoca, também, um passado comum de colonização, escravidão e migrações que construíram essa diversidade cultural. Ainda sobre a questão social podemos analisar esse pronunciamento de Dilma Rousseff em uma sessão da 41ª Cúpula do MERCOSUL, sobre o desenvolvimento dos Estados membros:

Trata-se de um modelo de crescimento, único no mundo, que estamos criando e aprendendo a desenvolver. Nele, o crescimento não é apenas a expansão numérica do Produto Interno Bruto, é muito mais. É um processo de geração compartilhada de riqueza, preservando nossa soberania, vinculada à uma visão do desenvolvimento que se quer socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Nosso modelo busca a prosperidade pela incorporação das grandes massas historicamente excluídas. A inclusão social tornou-se motor de nossas economias, não o contrário, como insistiram – e fracassaram, no passado – governantes e economistas desvinculados de nossas realidades nacionais⁸².

Além, portanto, de pontuar a importância que a inclusão social tem para o projeto de integração do MERCOSUL, aponta a existência de governantes e economias que, no passado, acreditaram em um desenvolvimento que não era pautado pela inclusão, o que ela considera ser deslocado da realidade americana. Dessa forma, ao articular a inclusão social com o passado, Dilma Rousseff coloca que a América Latina era um continente desigual, pouco inclusivo, e, portanto, o objetivo de integração deve, sempre, ter no horizonte a luta contra a exclusão social, ou seja:

Eduardo Galeano, que há pouco nos deixou, escreveu que a pobreza não estava escrita nos astros, não era um destino imutável; e que a solidariedade, sim, está inscrita na nossa alma. Suas palavras devem ter inspirado a ação de nossos governos na busca de melhores condições de vida para os nossos povos. Os países

⁸¹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega das chaves da cidade de Lima, Lima/Peru.** Lima/Peru. 11 de nov. de 2013.

⁸² BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na primeira Sessão da 41ª Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados.** Assunção/Paraguai. 29 de jun. de 2011.

da região engajaram-se, nos últimos anos, na execução de políticas econômicas, com foco no combate à pobreza, na melhor distribuição de renda, na promoção do emprego e dos ganhos salariais⁸³.

Podemos ver nesse trecho, portanto, assim como nas citações anteriores, que a luta por igualdade social está sempre presente nos discursos externos de Dilma Rousseff para com a América Latina, configurando um valor comum entre os países, quase como um destino que eles compartilham de erradicar a pobreza e a miséria. Trazemos, agora, um discurso que conecta a questão da inclusão social com outra questão cara à ex-presidenta Dilma Rousseff, que é a questão da democracia:

Em 1994, enfrentávamos problemas crônicos como a fome, a miséria, o desemprego, causados, em grande medida, por visões e políticas equivocadas que agravavam a exclusão social.

Recém-saídos de regimes autoritários, recebemos um legado de endividamento, concentração de renda e baixo desenvolvimento.

Hoje, estamos reunidos em um contexto diferente.

A consolidação da democracia e novos paradigmas políticos, em cada um dos nossos países, inverteram a lógica da ação do Estado, conferindo prioridade ao desenvolvimento sustentável com justiça social.

A América Latina e o Caribe têm agora menos pobreza, menos fome, menos mortalidade infantil e materna, menos analfabetismo. Mas sabemos que é preciso mais riqueza, mais dignidade, mais segurança, mais educação e, assim, é o que construiremos nos próximos anos⁸⁴.

Como podemos ver, nesse trecho do discurso de Dilma Rousseff na VII Cúpula das Américas, em 2015, os regimes autoritários são, para a Presidenta, os gestores de um legado e endividamento e baixo desenvolvimento, que trazem, por sua vez, a exclusão social e a miséria. Dessa forma, conforme apontado por ela, a consolidação da democracia no continente inverte essa lógica, possibilitando a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, evocando o passado dos horrores da ditadura, Dilma Rousseff vai construindo, em seus pronunciamentos, uma nova lógica, que, invertendo a associação autoritarismo/miséria, pauta a integração regional latino-americana na associação democracia/desenvolvimento com justiça social. Trazendo, portanto, essa nova visão, Dilma Rousseff expõe:

Quero também, finalizando, dizer que essas grandes alamedas por onde passará o homem livre para construir uma sociedade melhor, anunciada por Salvador Allende em sua derradeira mensagem, essas grandes alamedas foram pavimentadas pelo sacrifício e sonhos de muitas gerações, no meu País e no Chile, e por que não dizer em toda a América Latina. Mas nossos povos, eles compreenderam essa

⁸³ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 48ª Cúpula do Mercosul, Brasília/DF**. Brasília/DF. 17 de jul. de 2015.

⁸⁴ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a VII Cúpula das Américas, Cidade do Panamá/Panamá**. Cidade do Panamá/Panamá. 11 de abr. de 2015.

mensagem e nós podemos nos orgulhar de ter ultrapassado todas as barreiras para a construção da nossa modernidade em cima de uma democracia política que nós sabemos que isso só será extremamente sólida se for sólida também do ponto de vista econômico e social. Dai a importância do crescimento econômico, porque só assim teremos uma forte democracia social e econômica e daí, também, a importância da inclusão de milhões e milhões de chilenos e brasileiros. Nós sabemos que a inclusão social cria a necessidade de mais inclusão social, e que cada vez que nós superamos uma etapa, é só o começo de outra⁸⁵.

Esse discurso da Presidenta, no início de 2016 (portanto, com o processo de impeachment, que resultaria no seu afastamento do cargo mais tarde naquele ano, já em andamento), em um jantar organizado por Bachelet, então presidenta do Chile, articula, assim, a relação estabelecida por Dilma Rousseff entre democracia, inclusão social, e desenvolvimento econômico. Podemos ver, nesse discurso, como Dilma Rousseff evoca um passado socialista, na figura de Allende, o que conversa com a postura à esquerda da ex-presidenta, assim como com o ideal de igualdade e justiça social defendido em seu projeto de integração regional, reforçando, ainda, a dicotomia discursiva autoritarismo/miséria, e retomando o ideal democracia/desenvolvimento com justiça social. Nesse ponto conseguimos ver a principal tríade do projeto integracionista petista: a união entre as esferas políticas (democracia), econômica (desenvolvimento sustentável), e social (inclusão e justiça social). Podemos ver, inclusive, no próximo trecho, onde Dilma Rousseff discursa em uma reunião bilateral com a Argentina, que, para ela, a democracia é, inclusive, fundamental para que se pudesse conceber o integracionismo:

O processo democrático que passamos a viver intensamente inaugurou um círculo virtuoso de nosso relacionamento, no qual as pretéritas noções de rivalidade que tentaram sistematicamente estabelecer entre nós, e muito fomentadas no passado, foram completamente substituídas pela lógica da integração⁸⁶.

Partindo do exposto até aqui, trago, por fim, a questão da Soberania e do Pacifismo, que aparecem, também, nos discursos de Dilma, muito associada à questão da democracia. Começamos, portanto, trazendo o pronunciamento de Dilma Rousseff, na Assembleia-Geral da ONU, em 2013, após as denúncias de espionagem o governo americano de outros governos ao redor do mundo, inclusive o brasileiro, e demonstra como Dilma Rousseff alinha a questão de soberania, pacifismo e autoritarismo:

⁸⁵ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pela Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em homenagem à Presidenta da República.** Santiago/Chile. 26 de fev. de 2016.

⁸⁶ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem à presidenta da Argentina, Cristina Kirchner.** Brasília/DF. 29 de jul. de 2011.

Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos.

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país. Sem ele – direito à privacidade – não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações.

Estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu país⁸⁷.

É importante que, nesse momento, lembremos que Dilma Rousseff foi, também, uma das vítimas do regime ditatorial brasileiro, dessa forma, mais do que um uso do passado pautado pelos estudos históricos ou pela memória coletiva estabelecida sobre o assunto, Dilma Rousseff traz para a questão de defesa da democracia suas memórias pessoais sobre o autoritarismo da ditadura e suas mazelas. Sendo assim compreensível a propriedade com que ela recupera, em seus discursos, os horrores desse passado de perseguição e censura. Consideramos, portanto, que ao trazer suas memórias pessoais para a articulação do passado em seus discursos, Rousseff traz a ligação que Pollack faz entre identidade e memória. Dessa forma, e de acordo com o autor:

Podemos, portanto, dizer que *a memória é um elemento constituinte o sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si⁸⁸.

Assim sendo, podemos compreender a partir do uso que Dilma Rousseff faz de suas memórias sobre o período ditatorial brasileiro, e sua articulação dessas memórias com o passado ditatorial de outros países latino-americanos, como a memória se constitui enquanto um fator fundamental da nossa reconstrução de si, ou da reconstrução que um grupo faz de si mesmo, e, portanto, um fator constitutivo da própria construção de identidades. Sendo assim, ao trazer essa parte dolorida e sensível de seu passado, como algo compartilhado pelos latino-americanos, Dilma Rousseff une, em torno dessa ferida aberta, a identidade de todo o subcontinente.

Ainda sobre o discurso anterior, podemos ver que Dilma Rousseff recorre a dois passados distintos para defender a soberania latino-americana perante os ataques do governo

⁸⁷ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque/EUA.** Nova Iorque/EUA. 24 de set. de 2013.

⁸⁸ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, p. 200-212, 1992. (Grifo do autor)

estadunidense: em primeiro lugar, ela traz a questão do pacifismo, mobilizada perante a questão da paz duradoura entre os países da América Latina e Caribe; em segundo lugar, Dilma Rousseff traz a questão do autoritarismo das ditaduras dessa região para criticar a postura antidemocrática dos EUA. Dessa forma, Dilma Rousseff estabelece um conceito que transpassa, também, a relação com a América Latina e Caribenha: não existe relação democrática entre países sem respeito à soberania.

Esse ponto aparece, em seus discursos, articulado de diversas formas, sempre buscando demonstrar, para as outras nações latino-americanas, que o projeto de integração brasileiro não visa, com atitudes imperialistas, atacar a soberania de nações amigas. Dessa forma, um dos pontos que Dilma Rousseff usa para articular esse conceito é a proposta de não pautar a relações com os vizinhos americanos num ideal de superioridade e desigualdade entre países:

Eu vejo nessa parceria entre nós uma parceria necessariamente entre iguais. Ninguém produz ciência, produz conhecimento, produz educação de qualidade entre pessoas ou entre países que um é superior ao outro. Nós todos temos experiência disso. Nós somos países coloniais, todos, incluindo o próprio Estados Unidos, que teve uma campanha de independência e teve de ir à guerra civil defendendo a sua soberania. Todos nós sabemos que não há diálogo entre pessoas e entre países desiguais. Só há diálogo efetivo, só há troca efetiva, e só há cooperação efetiva se nós nos colocarmos como sendo países que dependem uns dos outros para tornar esse mundo mais próspero⁸⁹.

Podemos ver aqui que, ao relacionar soberania com a assimetria entre países, aqui incluindo os EUA, além dos países latino-americanos, Dilma Rousseff recorre ao passado compartilhado americano de colonialismo, para defender a necessidade de equidade nas relações entre países. Sendo assim, em um discurso realizado na Cúpula do MERCOSUL, em 2013, ao prestar solidariedade a Evo Morales, após o episódio em que alguns países europeus impediram a aterrissagem da aeronave do presidente, por acreditarem que ele levava a bordo Edward Snowden, responsável por vaziar as espionagens estadunidenses supracitadas, Dilma Rousseff coloca:

Por isso considero que para nós é muito importante que tenhamos uma estratégia de integração, que contemple tanto a nossa presença competitiva no mundo, que seja em sintonia com o desenvolvimento de nossa população, mas também que respalde, referende e lute por um respeito integral, ao fato de que somos

⁸⁹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Segunda Participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Fórum CEO das Américas**. Cartagena das Índias/Colômbia. 14 de abr. de 2012.

países soberanos nos quais os direitos humanos, em especial os direitos individuais integram as nossas constituições e as nossas legislações⁹⁰.

Como podemos ver a questão do respeito à soberania é central para Rousseff, e é, muitas vezes, utilizada como forma de mediar a relação entre América Latina e Caribe com as nações desenvolvidas, coincidindo, assim, com o projeto integracionista de maior equidade para os países periféricos no cenário internacional. Vimos, portanto, como as questões relativas à inclusão social, à democracia e ao autoritarismo, e, por fim, à soberania, são articuladas nos discursos de Dilma Rousseff para construir as bases sobre as quais a integração latino-americana deveria se desenvolver. Finalizamos esse capítulo trazendo alguns exemplos de como Dilma Rousseff articula, também, o pacifismo da região em seu discurso, usualmente mobilizando a ideia de que vivemos há quase um século e meio sem guerras:

E aí tem uma coisa importante, que a gente tem sempre de destacar. Esse é um país que viveu 140, aliás, esse continente viveu 140 anos em paz. Nós não temos, recentemente, estágios de conflito, de guerra, de diferença religiosa. E isso cria as condições institucionais para que nós prossigamos no rumo da prosperidade⁹¹.

Nesse trecho, vemos que a prosperidade do continente americano tem, como pré-requisito, a relação de paz construída pelos países do continente. Também no discurso abaixo, Dilma Rousseff usa a ausência de conflitos religiosos e étnicos no subcontinente latino-americano como forma de demonstrar que a integração regional americana é feita a partir do diálogo e do estabelecimento de relações:

Agradeço a todos vocês e desejo, de fato, que este evento de hoje sirva de sinal para o resto do mundo. Nós, de fato, vivemos num continente, num hemisfério especial. Nós, pelo menos, da América do Sul, estamos há mais de 120 anos vivendo em paz. Não há entre nós nenhum conflito de ordem religiosa, étnica ou de qualquer outra espécie. Nós não resolvemos nossos conflitos com métodos que não sejam o diálogo e o estabelecimento de relações⁹².

Esse capítulo buscou demonstrar, em sintonia com o excerto acima, que o discurso integracionista de Dilma Rousseff, para além de buscar o passado para justificar a integração

⁹⁰ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da República, Dilma Rousseff, durante reunião de Cúpula dos Estados partes e Estados associados do Mercosul e convidados especiais.** Montevideu/Uruguai. 12 de jul. de 2013.

⁹¹ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Segunda Participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Fórum CEO das Américas.** Cartagena das Índias/Colômbia. 14 de abr. de 2012.

⁹² BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Fala de encerramento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a XLVII Cúpula do Mercosul e Estados associados – Paraná, Província de Entre Rios-Argentina.** Paraná, Província de Entre Rios-Argentina. 17 de dez. de 2014.

regional, com a América Latina e o Caribe, buscou o passado, também, para elencar uma série de valores compartilhados entre os países do subcontinente latino-americano, que deveriam, por sua vez, pautar o modo como essa integração é construída. Dessa forma, Dilma Rousseff passa, como fundamentos do seu projeto, que a integração deve ser pautada pela inclusão social, através de um desenvolvimento sustentável, que leve os frutos da integração para todos os cidadãos latino-americanos. A integração deve, também, segundo ela, se constituir contra todas as formas de autoritarismo, rechaçando nosso passado de horrores com as ditaduras, e ser, portanto, sempre pautada no respeito a soberania e não-intervenção entre os países, mantendo a paz duradoura do continente através do diálogo e do respeito às diversidades.

Para construir esse arcabouço de valores, procuramos demonstrar, que Dilma Rousseff recorre a diversos passados, instrumentalizando-os conforme pedia o argumento que ela procurava defender. Assim a Presidenta Dilma Rousseff utiliza a colonização, as migrações e a escravização para falar de diversidade e desigualdade social. Retoma as memórias da ditadura para falar de exclusão social e defesa dos direitos humanos e civis de todos os povos. Traz o passado pacífico para pautar a necessidade dos diálogos e do respeito nas Relações Exteriores, em oposição ao uso da força e da pressão econômica. Finalizamos, portanto, esse capítulo, com uma retomada dos diferentes passados que apareceram nos discursos de Dilma Rousseff, e iniciamos, assim, as considerações finais desse trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o fim dessa monografia com um retorno ao seu princípio, ou seja, o tema que pautou nossa pesquisa. Propusemos, nesse trabalho, debater as formas com as quais Dilma Rousseff mobilizou o passado, nos seus discursos externo, para defender um projeto de integração da América Latina. Sendo assim, o que buscamos construir, ao longo desses três capítulos, foi uma análise de como os passados podem ser politicamente mobilizados por meio de discursos.

Para levarmos a cabo essa pesquisa, trouxemos conceitos da análise do discurso e dos estudos sobre identidade, que nos ajudaram a compreender como os discursos podem mobilizar identificações, levando os indivíduos a se *assujeitarem* em determinados papéis, ocupando, assim, posições-sujeito como a de latino-americano, por exemplo. Esses conceitos nos ajudaram, também, a entender de que forma essas identidades, discursivamente constituídas, interpelam a ação e as vivências dos sujeitos dentro das estruturas histórico-sociais em que vivem.

Esses pontos nos ajudaram, assim, a articular os estudos de discursos políticos, pois, quando passamos a ver a língua como um acontecimento dotado de ideologia e capaz de articular identidades e identificações, compreendemos, também, que os discursos políticos podem, através dessas identidades, disputar, pelo simbólico, a dominação do campo político, na medida em que ele é constituído visando arregimentar o máximo possível de sujeitos.

A partir dessas questões, conseguimos assim, entender de que forma a Presidenta Dilma utilizava o passado para construir uma identidade latino-americana que arregimentasse os indivíduos latino-americanos, em especial os Chefes de Estado dos países da América Latina e do Caribe, em sujeitos dispostos a participar do seu projeto de integração. Vimos, assim, como Dilma Rousseff utilizou a tripla temporalidade para mobilizar o ideal de integração em seus discursos, construindo, assim, uma posição-sujeito inspiradora, que compete uma dimensão mítica e heroica para a integração ao colocar sua origem nos processos de libertação anticolonial das Américas. Trabalhamos, também, com a posição-sujeito opositora, que trouxe o outro para o discurso, na forma de todos aqueles que, ao longo da história do continente, colocaram entraves para a integração acontecer, enfraquecendo, portanto, o potencial das nações latino-americanas e caribenhas. E, por fim, trabalhamos a posição-sujeito de um passado que se faz presente, que parte das duas primeiras para, a exemplo de Luís Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner, e a própria Dilma Rousseff, retomar a união do subcontinente latino-americano, rumo a um destino compartilhado de prosperidade.

Seguimos o argumento de que Dilma Rousseff busca no passado as bases para seu projeto político, demonstrando como ela articula diversos pontos do passado latino-americano, como o colonialismo, a escravização, as migrações, as ditaduras, o neoliberalismo do final do século XX, entre outros, para defender uma integração pautada no desenvolvimento sustentável com inclusão social, defesa e ampliação da democracia a partir do respeito às diversidades e a soberania de cada país, e manutenção da paz através de uma integração pautada pelo diálogo,

Finalizamos esse trabalho, portanto, trazendo, novamente, a questão da decolonidade, ao resgatar o nosso passado, forjado nas consequências duradouras do colonialismo, Dilma Rousseff busca, através de um olhar para dentro do continente latino-americano, opções para enfrentar as assimetrias internacionais que prendem os países subdesenvolvidos em seu papel terceiro-mundista. Podemos ver que, a valorização das relações sul-sul perpassa todo esse trabalho, bem como, a valorização do que a América Latina *tem de seu* aparece em todos os argumentos de Dilma Rousseff. Resgatar os saberes não colonizados, e construir ciência a partir dos pensamentos de fronteiras, é essencial, e para isso, também o é compreender quais são as categorias simbólicas e as subjetividades evocadas na forma de fazer política e de se relacionar entre si, das nações que são, hoje, ex-colônias europeias.

Esperamos que, com esse trabalho, tenhamos ajudado na construção de um campo de pesquisa que relacione ainda mais os estudos linguísticos com os estudos históricos, e que tragam, também, cada vez mais, as contribuições da decolonialidade para os estudos científicos. Esperamos, ainda, que o trabalho tenha cumprido seu objetivo de apresentar as formas a partir das quais o passado significou nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, contribuindo, assim, para o nosso conhecimento sobre os usos do passado em discursos de política externa.

FONTES

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço fornecido pela Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, no Palácio San Martín.** Buenos Aires/Argentina. 31 de jan. de 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-oferecido-pela-presidenta-da-argentina-cristina-kirchner-no-palacio-san-martin>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na primeira Sessão da 41ª Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados.** Assunção/Paraguai. 39 de jun. de 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-primeira-sessao-da-41a-cupula-de-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Embaixada da República Argentina.** Brasília/DF. 29 de jul. de 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-embaixada-da-republica-argentina>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem à presidenta da Argentina, Cristina Kirchner.** Brasília/DF. 29 de jul. de 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-em-homenagem-a-presidenta-da-argentina-cristina-kirchner>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Declaração à Imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez.** Caracas/Venezuela. 01 de dez. de 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-com-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Intervenção da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a primeira sessão plenária da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe e I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.** Caracas/Venezuela. 02 de dez. de 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/intervencao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-primeira-sessao-plenaria-da-iii-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-america-latina-e-do-caribe-e-i-cupula-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos-caracas-venezuela>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Segunda Participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Fórum CEO das Américas.** Cartagena das Índias/Colômbia. 14 de abr. de 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/segunda-participacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-forum-ceo-das-americas-cartagena-das-indias-colombia>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos.** Santiago/Chile. 26 de jan. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sessão de trabalho da V Cúpula dos Brics.** Durban/África do Sul. 27 de mar. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-de-trabalho-da-v-cupula-dos-brics-durban-africa-do-sul>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante jantar oferecido pela Presidenta da Nação Argentina em homenagem à Presidenta da República e comitiva.** Buenos Aires/Argentina. 25 de abr. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-oferecido-pela-presidenta-da-nacao-argentina-em-homenagem-a-presidenta-da-republica-e-comitiva>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Declaração à Imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro bilateral com o Presidente da República da Venezuela, Nicolás Maduro.** Brasília/DF. 09 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-encontro-bilateral-com-o-presidente-da-republica-da-venezuela-nicolas-maduro>>. Acesso em 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado.** Brasília/DF. 28 de ago. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-luiz-alberto-figueiredo-machado>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque/EUA. Nova Iorque/EUA.** 24 de set. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pelo Presidente da República do Peru, Ollanta Humala – Lima/Peru.** Lima/Peru. 11 de nov. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-oferecido-pelo-presidente-da-republica-do-peru-ollanta-humala-lima-peru>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega das chaves da cidade de Lima, Lima/Peru.** Lima/Peru. 11 de nov. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-das-chaves-da-cidade-de-lima-lima-peru>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da República, Dilma Rousseff, durante reunião de Cúpula dos Estados partes e Estados associados do Mercosul e convidados especiais.** Montevideu/Uruguaí. 12 de jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-de-cupula-dos-estados-parte-e-estados-associados-do-mercosul-e-convidados-especiais>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a I Sessão de Trabalho da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – CELAC – Havana/Cuba. Havana/Cuba.** 28 de jan. de 2014. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-i-sessao-de-trabalho-da-ii-cupula-da-comunidade-dos-estados-latino-americanos-celac>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Fala de encerramento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a XLVII Cúpula do Mercosul e Estados associados – Paraná, Província de Entre Rios-Argentina. Paraná.** Província de Entre Rios-Argentina. 17 de dez. de 2014. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/fala-de-encerramento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xxlvii-cupula-do-mercosul-e-estados-associados-parana-provincia-de-entre-rios-argentina>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a VII Cúpula das Américas, Cidade do Panamá/Panamá.** Cidade do Panamá/Panamá. 11 de abr. de 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-vii-cupula-das-americas-cidade-do-panama-panama>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de formatura da turma Paulo Kol 2013-2015, do curso de formação do Instituto Rio Branco e da imposição da Insignias da Ordem do Rio Branco. Brasília/DF.** 15 de ago. de 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-formatura-da-turma-paulo-kol-2013-2015-do-curso-de-formacao-do-instituto-rio-branco-e-de-imposicao-de-insignias-da-ordem-do-rio-branco-brasilia-df>>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pela Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em homenagem à Presidenta da República.** Santiago/Chile. 26 de fev. de 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-oferecido-pela-presidenta-do-chile-michelle-bachelet-em-homenagem-a-presidenta-da-republica-santiago-chile>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2004.
- CORREIO DO POVO. **Brasil anuncia saída da Celac por "dar palco a regimes não-democráticos"**: chanceler Ernesto Araújo criticou atuação do bloco em nota sobre decisão. 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/brasil-anuncia-sa%C3%ADda-da-celac-por-dar-palco-a-regimes-n%C3%A3o-democr%C3%A1ticos-1.393682>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- COSTA, Rogério Santos da. **A América do Sul vista do Brasil: a integração e suas instituições na estratégia brasileira no Governo Lula**. 2010. 249 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54096>>. Acesso em: 28 abr. 21.
- GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Editora L&PM, 2010.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p. 103-133.
- MIGNOLO, Walter D.. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Abr. 2021.
- MIRANDA, Samir Perrone de. **A Integração da América do Sul no discurso da Política Externa Brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/90183>>. Acesso em: 28 abr. 21.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 28 Abr. 2021.
- REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, Março de 2018, mensal. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945>>. Acesso em: 28 Abr. 2021.

SOUZA, Hannah Guedes de. **A América Latina na política externa brasileira: um balanço dos governos petistas (2003-2016)**. 2019. 174 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, UNILA, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5757/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Hannah%20Guedes%20de%20Souza.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 Abr. 2021.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP Afterall, 2019. Disponível em: <<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>>. Acesso em 28Abr. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p. 7-72.